

# Boletim Trimestral 37

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



# Ficha técnica

## Propriedade

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193  
7004-514 Évora  
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562  
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

## Diretor

Roberto Pereira Grilo

## Diretor Executivo

Maria Margarida Louro

## Conceção Gráfica e Paginação

Gabinete de Comunicação

## Edição

junho 2020

## Colaboradores internos

Amável Candeias  
Carlos Almeida  
Luís Santos  
Ventura Ourives  
Teresa Godinho

## Colaboradores externos

Miguel Bastos Araújo, Geógrafo - Universidade de Évora / Museu Nacional de Ciências Naturais (CSIC), Madrid

## Capa

Montado Alentejano

## Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

# Índice

## 04 Destaques

Adaptação à mudança num contexto de complexidade e incerteza

## 10 Análise regional

Conjuntura Regional

## 16 Para uma Administração Local de Excelência

Autarquias Locais e Covid-19: medidas excecionais em tempos de exceção

## 18 Perspetiva 2020

A caminho de 2030

## 28 O Alentejo no Contexto do Portugal 2020

Síntese de Execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 31 de março de 2020

## 41 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em Destaque

## 46 Síntese de Execução do Alentejo 2020 - Situação a 31 de março de 2020





É tentador assumir que, se os sistemas complexos têm uma dinâmica própria, há que deixar o sistema seguir o seu curso natural pois, certamente, será um curso otimizado. Sem embargo, quando a dinâmica natural de um sistema complexo tem consequências sobre um sistema de valores, como sejam a igualdade de oportunidades ou o direito a uma vida digna, não é indiferente qual a trajetória do sistema quando despojado de regulação externa.

Quando se intervém num sistema complexo, existe a possibilidade de efeitos em cadeia com consequências difíceis de prever. Eventos sociais extremos, como guerras, ditaduras, revoluções, epidemias, podem gerar bifurcações, destruindo estados estáveis preexistentes e dando origem a outros.



## Adaptação à mudança num contexto de complexidade e incerteza



Montado Alentejano - Ecossistema gerido pelo gado doméstico e pelos humanos

*O mundo encontra-se num processo de transformação profunda. Se as alterações climáticas e a perda de biodiversidade globais já estavam na agenda política das nações, a crise do COVID-19 veio acentuar urgências, acelerar transformações e identificar novas prioridades. Que futuro nos espera é uma questão em aberto, porque depende de fatores que não controlamos e de escolhas que não foram feitas. Mas estas dificuldades de diagnóstico prospectivo não devem distrair-nos do essencial: entender a complexidade associada às trajetórias de ameaça e adotar estratégias que permitam ganhos de resiliência num quadro de incerteza. Para tal importará extrair ensinamentos da ecologia e dos sistemas complexos.*

### Ecologia e complexidade

A ecologia ensina-nos que os ecossistemas têm estados de relativa estabilidade, assegurados por mecanismos internos que garantem resiliência face à mudança. Por exemplo, a savana africana mantém uma fisionomia de “parque” constituída por um mosaico de árvores, mais ou menos dispersas, alternado por extensões arbustivas e por outras onde predominam plantas herbáceas. Este mosaico, característico de vastos territórios de África subsaariana, é mantido num estado de relativa estabilidade pelos engenheiros destes ecossistemas (os herbívoros) sob orientação dos seus grandes arquitetos (os predadores). Uns milhares de quilómetros mais a norte, no sudoeste do continente Europeu, encontramos paisagens de fisionomia semelhante: os montados. As espécies que ocupam este território são diferentes da savana africana e os engenheiros destes ecossistemas há muito que deixaram de ser a fauna silvestre de herbívoros, tendo sido substituídos por espécies domésticas, também herbívoras, geridas por humanos convertidos em arquitetos destes territórios.

Tanto a savana africana como os montados do Alentejo representam estados estáveis alternativos. Os primeiros, sujeitos à dinâmica de ecossistemas naturais com as suas teias de interação biológica limitadas pelo sistema físico. Os segundos, sujeitos à dinâmica dos sistemas sócio-ecológicos onde se cruzam dinâmicas culturais, sociais e económicas com a matriz ecológica. Cada um destes estados estáveis possui um nível de resiliência a pressões internas e externas mas a partir de um determinado nível de pressão, os sistemas colapsam dando origem a outros estados estáveis.

Os estados estáveis são controlados por mecanismos de controlo. Em ecologia, ainda se discute se oscilações nas populações de predadores – por exemplo, a extinção de um grande predador como o lobo – pode atuar como



Savana Africana - Ecossistema gerido pelos herbívoros e predadores

mecanismo de controlo e desencadear bifurcações nos ecossistemas, conduzindo-os a estados estáveis diferentes. Este debate não está concluído mas não há dúvida que o clima - i.e., séries meteorológicas de 30 anos - atua como um poderoso mecanismo de controlo dos ecossistemas. Pequenas alterações nos valores de temperatura e/ou precipitação, em séries temporais climáticas, podem transformar abruptamente um ecossistema. Nas regiões cálidas, próximas da linha do equador, valores de precipitação superiores a 144 mm e inferiores a 588 mm balizam o funcionamento de ecossistemas semiáridos. Precipitações inferiores a 144 mm, despoletam a transformação destes ecossistemas em desertos e valores superiores a 588 mm estão associados a ecossistemas subtropicais expostos aos efeitos da sazonalidade na precipitação.

### **A complexidade une a ecologia e a economia**

Etimologicamente, ecologia representa a ciência da casa e economia a gestão da casa. Como não existe boa gestão sem uma boa dose de conhecimento, pode afirmar-se que ecologia e economia são as duas faces da mesma moeda.

Mas mais além de terem uma raiz etimológica semelhante, a ecologia e a economia partilham propriedades inerentes aos sistemas complexos. Isto é, sistemas com múltiplas entidades que interagem entre si mas que exibem propriedades coletivas emergentes. Dito de forma coloquial: o “todo”, no sistema complexo, “é maior que a soma das partes”. Como tal, para compreender o “todo”, não basta compreender os seus elementos constituintes, considerados de forma individual; há que entender as propriedades que emergem das interações entre elementos constituintes do sistema.

A economia neoclássica parte do postulado que os mercados constituem sistemas complexos que, tal como os ecossistemas naturais, tendem à auto-organização. A famosa ideia da “mão invisível” dos mercados, ilustrada pela frase de Adam Smith, “*laissez faire laissez passer*”, representa esta visão. A auto-organização dos mercados levaria à emergência de propriedades sociais e económicas desejáveis, nomeadamente a inovação que, induzida pela competição, conduziria à criação de riqueza e, como tal, ao desenvolvimento económico das sociedades. Posteriormente, foi apresentado o argumento de que os mercados, se desprovidos de regulação externa, evoluiriam no sentido da excessiva concentração da riqueza, induzindo a violação das regras de livre concorrência, gerando iniquidade social e, no longo prazo, conduzindo à destruição do próprio sistema económico e social de suporte.



Foi preciso esperar pelo final do século passado para que os economistas reconhecessem um conceito adicional, essencial para a gestão da nossa casa comum: os mercados possuem falhas ao não internalizar as consequências negativas do seu funcionamento nos sistemas naturais. Ou seja, a auto-organização dos mercados, se desprovida de regulação externa, acabaria por destruir a base natural de suporte—os ecossistemas que sustentam a atividade económica—e, em última análise, a própria vida na Terra.

É tentador assumir que, se os sistemas complexos têm uma dinâmica própria, há que deixar o sistema seguir o seu curso natural pois, certamente, será um curso otimizado. Esse é o princípio subjacente à recomendação de Adam Smith e de outros pensadores. Sem embargo, quando a dinâmica natural de um sistema complexo tem consequências sobre um sistema de valores, como sejam a igualdade de oportunidades ou o direito a uma vida digna, não é indiferente qual a trajetória do sistema quando despojado de regulação externa.

Por exemplo, o sistema complexo chamado planeta Terra poderá ter vários estados estáveis, como demonstra o estudo da sua história evolutiva. Mas os danos colaterais do nosso crescimento demográfico e económico terão, como consequência, a mais que provável alteração das condições de estabilidade climática que permitiram, desde o início do período Holocénico, o desenvolvimento da nossa civilização. A combinação entre sobre-exploração de recursos naturais e alterações climáticas já está a ter e continuará a ter efeitos de desestabilização dos sistemas biológicos de suporte à vida dos quais dependemos – i.e., o planeta poderá seguir para um outro estado de estável mais inóspito para a vida humana. Como tal, ações de regulação com vista à descarbonização da economia e à redução da “pegada” humana nos ecossistemas são inevitáveis para minorar (ou desacelerar) a desestabilização do sistema planetário.

De igual modo, o organismo humano tem a sua própria dinâmica de auto-organização que o leva à progressão de estado estáveis em etapas de crescimento e amadurecimento ao que se segue a desestabilização que conduz ao definhamento e morte. Diferentes indivíduos têm diferentes condições internas (do seu organismo) e externas (da sua condição social e ambiental) que criam diversidade na progressão natural do ciclo de vida cada um. Porém, os ciclos são inexoráveis e previsíveis. Apesar de inexoráveis, atuamos sobre a saúde com abordagens preventivas e curativas. Ou seja, regulamos, dentro das nossas possibilidades, o sistema complexo que é o nosso organismo e o ambiente que o rodeia para nosso benefício.

A analogia com os mercados é idêntica. São poucas, hoje em dia, as componentes dos mercados que não se encontram sujeitas a algum tipo de regulação. A regulação dos mercados pretende, por um lado, promover a igualdade de oportunidades e a redução da iniquidade, criando mecanismos de regulamentação da competição e de redistribuição da riqueza e, por outro, assegurar que os direitos das gerações atuais não comprometam os direitos das gerações futuras a um “ambiente humano, sadio e ecologicamente equilibrado”, para usar a expressão constante no artigo 66 da Constituição da República Portuguesa.

A ideia que os mercados devem ser sujeitos a algum tipo de regulação por via de instituições estatais faz parte do ADN das democracias liberais da Europa. Naturalmente, tal como na saúde, não há consenso sobre o nível de regulação a que se devem expor os mercados, muito menos sobre os mecanismos específicos que devem ser implementados para os regular. Sabemos, no entanto, através da ciência dos sistemas complexos, que, a partir de determinados níveis pressão, pequenas alterações nos mecanismos de controlo podem suscitar modificações abruptas na estabilidade do sistema. Qualquer atividade de regulação deve, portanto, ser exercida com parcimónia e, de preferência, precedida de uma análise tão rigorosa quanto possível sobre consequências, frequentemente não lineares, que poderão advir dos seus efeitos – demonstradas através da metáfora do efeito borboleta. É um exercício extremamente difícil pois o “todo” não é passível de compreensão pela simples “soma das partes”. Como tal, não poucas vezes se recorre a aproximações por tentativa e erro que caracterizam a gestão em contextos de incerteza.

### **Procurando ordem na desordem**

Quando se intervém num sistema complexo, existe a possibilidade de efeitos em cadeia com consequências difíceis de prever. Eventos sociais extremos, como guerras, ditaduras, revoluções, epidemias, podem gerar bifurcações, destruindo estados estáveis preexistentes e dando origem a outros. A revolução dos Soviéticos, por exemplo, destruiu a monarquia imperial da Rússia. A queda do muro de Berlim representou o início da desagregação da

União Soviética, abrindo espaço a uma nova Federação suportada por um regime capitalista de inspiração autoritária. De igual modo, a primavera árabe deu origem à queda de estados autocráticos, a expansão do terrorismo islamita, a guerra civil na Síria, a implosão do Estado Líbio, a emergência de ondas migratórias para a Europa que, por sua vez, semearam o medo e alimentaram o nacionalismo, nomeadamente, em Itália, Hungria, Polónia e Reino Unido. Certamente, consequências não desejadas pelo protagonistas da primavera árabe.

Quando se geram bifurcações sociais e económicas, conseguimos antever a emergência de novos estados estáveis mas não conseguimos prever que tipo de estados estáveis surgirão das suas cinzas, nem a trajetória do sistema na passagem para outro estado estável, nem a magnitude das diferenças entre ponto de partida e ponto de chegada. É como abrir a caixa de pandora. Sabe-se como abrir mas não se sabe como fechar.

Talvez por sermos capazes de maior objetividade na observação e análise dos fenómenos naturais que dos fenómenos sociais, ou por termos uma percepção mais superficial dos parâmetros em questão no primeiro caso, é mais fácil descortinar ordem na aparente desordem dos ecossistemas naturais. O clima, por exemplo, é um mecanismo de controlo tão poderoso, que alterações de temperatura e precipitação permitem o desenvolvimento de modelos preditivos que simulem, com relativo acerto, as consequências destas alterações numa série de indicadores descritivos da composição e funcionamento dos ecossistemas. De igual modo, a introdução de pesticidas no território, com o fim de reduzir perdas de produtividade agrícola, por via de competição com outras espécies, tem efeitos na simplificação das cadeias tróficas cujas consequências são tangíveis no que respeita a perda de biodiversidade e a redução de serviços de regulação prestados pelos ecossistemas.

Tal como os ecossistemas naturais, as sociedades também são afetadas por mecanismos de controlo de origem natural. O clima, em particular, atua como um mecanismo de controlo do sector primário atuando, além do mais, sobre múltiplas atividades do sector terciário como o turismo. Nem as sociedades urbanas, fortemente ancoradas no desenvolvimento tecnológico e na economia digital, são imunes aos efeitos de alterações no clima.

## **Resiliência, a chave para viver com incerteza**

Não sendo fácil prever o comportamento de sistemas complexos, num contexto de mudança acentuada, especialmente no âmbito de dinâmicas sociais e humanas (incluindo as dimensões económicas e políticas), importa perguntar como podemos então promover a adaptação a estas mudanças.

Em primeiro lugar, felizmente, os sistemas naturais respondem a leis físicas e princípios gerais da biologia e da ecologia que permitem inferências com maior acerto do que, atualmente, é possível com os sistemas complexos de base social. Por exemplo, apesar de incertezas, temos conhecimento suficiente sobre ciclos biogeoquímicos do planeta e seus mecanismos de controlo para ter uma noção das trajetórias em curso no sistema climático e na biodiversidade planetária.

Em segundo lugar, não podendo a ciência proporcionar previsões sobre todas as dimensões relevantes para o futuro, a chave estará em adotar medidas *“better-safe-than-sorry”* (que poderíamos traduzir usando o velho adágio popular “o seguro morreu de velho”). Na sua versão moderna, estas medidas não são mais que a aplicação, nas várias etapas de planeamento e governação, dos princípios da resiliência de sistemas que se inferem da ecologia e da teoria dos sistemas complexos.

Tendo o desenvolvimento regional em mente e com base em recomendações propostas pelo Centro de Resiliência de Estocolmo, elencam-se quatro princípios gerais que poderiam orientar as políticas de adaptação regional a mudanças globais, sejam elas de origem climática, social ou política.

### **1. Manter a diversidade e a redundância**

Tal como nos ecossistemas, num sistema social, diversidade implica diversidade de resposta a ameaças e oportunidades. Quanto mais diverso forem os constituintes de um sistema, maior a capacidade que este tem de resistir a ameaças e maior a capacidade de aproveitar as oportunidades quando elas surjam. Logo, a diversidade produz estabilidade.

A redundância é uma característica de sistemas diversos. Nos ecossistemas naturais, a redundância implica que múltiplas espécies desempenham as mesmas funções. Por exemplo, existem múltiplas espécies de insectívoros

e granívoros que se apropriam do alimento disponível. Numa sociedade, poderíamos invocar múltiplas pessoas disponíveis para as mesmas profissões. Em sistemas muito diversos, as entidades que o compõem tenderão a especializar-se, por exemplo no consumo de determinados recursos tróficos (nos ecossistemas) ou profissões (nas sociedades). A redundância promove a diversidade porque induz a especialização. Por outro lado, também contribui para a estabilidade porque, entre outros motivos, se um dos elementos com uma dada característica desaparecer, haverão outros que o poderão substituir. Portanto, planear para a diversidade implica planear para a inclusão e para a liberdade de oportunidades e de escolha.

## 2. Gerir conectividade

A conectividade é uma das propriedades mais estudadas dos sistemas complexos. A conectividade implica a comunicação entre os elementos de um sistema e pode ser estrutural, por exemplo, um sistema de transportes que permita a circulação de bens e pessoas, ou funcional, por exemplo, a circulação de ideias, conceitos e capitais. A conectividade está associada a várias propriedades dos sistemas, nomeadamente a resiliência a perturbações. Porém, não há um tipo mas vários tipos de conectividade que resultam de processos de auto-organização e que possuem diferentes níveis de efetividade face a ameaças externas.

A título de exemplo, saliento dois casos de conectividade pela sua relevância para a resiliência dos sistemas. O primeiro tipo de conectividade exhibe uma estrutura que se ajusta à lei de potência. Quer isto dizer que a grande maioria das entidades que compõem o sistema estão pouco conectadas entre si e uma minoria está muito conectada com as restantes entidades. Uma floresta, por exemplo, tem árvores que se conectam à grande maioria das espécies do ecossistema. Se as árvores desaparecerem, as outras espécies também. Por outro lado, a maior parte das espécies da floresta está pouco conectada entre si. O desaparecimento de uma ou outra destas espécies terá repercussões menores no sistema. Esta estrutura é igualmente encontrada na internet (poucos sites muito conectados, por exemplo Google, Facebook, Twitter, e muitos sites pouco conectados com os restantes), nos aeroportos (poucos grandes aeroportos que conectam a rede e muitos pequenos pouco conectados entre si), e para a economia de mercado (poucos agentes económicos dominantes e essenciais para o funcionamento da economia, como a banca e as empresas que comercializam a energia e telecomunicações, e muitos pequenos com pouca conectividade entre si). Simulações matemáticas demonstram que uma estrutura de conectividade seguindo a lei de potencia aumenta a resiliência dos sistemas a perturbações aleatórias. Ou seja, aquelas que resultam do dia-a-dia de um sistema estável.

Porém, quando as perturbações não são aleatórias mas dirigidas a segmentos determinados do sistema, então a resiliência pode ser menor nos sistemas estruturados com base na lei de potencia do que em sistemas com estrutura de conectividade aleatória. Isto é, um sistema ajustando-se a uma curva normal (ou unimodal) de contactos, em que poucas entidades estão pouco ou muito conectadas e a maior parte das entidades tem um nível de conectividade intermédia. Um sistema destes pode emergir de forma auto-organizada, como resposta a ameaças direccionadas a entidades bem conectadas do sistema, ou pode ser gerado por regulação externa.

Numa região como o Alentejo, fortemente dependente de meia dúzia de sectores económicos, como sejam o caso da agricultura e o turismo, o reforço da conectividade de sectores económicos alternativos aos sectores mais conectados reforçaria a conectividade intermédia dos agentes económicos, desta forma aumentando a resiliência social e económica da região a ameaças não aleatórias como são as que se anteveem num contexto de transformações profundas.

## 3. Promover a educação

A educação promove competências que permitem a especialização, inovação e adaptação a um quadro de mudança acentuada. Uma população ativa com elevados níveis de formação é um fator que potencia a diversidade e redundância do sistema social e que reforça a capacidade de conectividade funcional da economia. O Alentejo, por exemplo, ocupa 1/3 da área do país mas possui menos de 7% da população ativa e menos de 1% dos licenciados. É, portanto, uma região com carências profundas de massa crítica que dificulta a adaptação a mudanças profundas, sejam elas climáticas, sociais, económicas ou políticas. Qualquer estratégia pública que procure reforçar a resiliência da região deverá investir na educação em todos níveis de escolaridade e procurar reter massa crítica endógena sem, no entanto, desistir de atrair massa crítica de outras paragens que possa contribuir para reforçar a diversidade.



#### 4. Promover a participação

A participação da cidadania e das diferentes organizações representativas nas diferentes esferas de desenvolvimento regional, promove a conectividade funcional do sistema. Quanto mais envolvidas estiverem as entidades de um dado sistema regional, na procura de soluções a problemas que a todos dizem respeito, maior a capacidade de resposta a mudanças abruptas. Por exemplo, a resposta regional no Alentejo à crise do COVID-19 foi exemplar, em grande parte, pela conectividade – i.e., comunicação – existente entre atores regionais, alicerçada por altos níveis de coesão territorial e por práticas regulares de participação comunitária. Reforços de incentivo à participação poderão ter efeitos negligenciáveis nos atores que já estiverem muito conectados. No entanto, os incentivos poderão ser críticos para estimular a conectividade dos atores que têm potencial para vir a assumir posições intermédias na rede de conectividade regional e global mas que não a conseguirão obter de forma orgânica. A transformação de um sistema em que poucos estão conectados e muitos estão desconectados, num sistema onde dominam conectividades intermédias, implicará uma política consistente de reforço da participação e alavancagem de atores com potencial de afirmação regional e global.

Estes quatro princípios parecem-me prioritários no quadro do desenvolvimento regional em Portugal mas o Centro para a Resiliência de Estocolmo, um dos percursos dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), propõe três princípios adicionais: gestão de variáveis lentas e *“feedbacks”*; promoção do pensamento sobre sistemas adaptativos complexos; e governação policêntrica.

A governação policêntrica é subsidiária do princípio da participação e já existe em Portugal, estando apenas por resolver o debate sobre a legitimidade democrática dos órgãos desconcentrados da administração central. Um assunto que excede o âmbito de reflexão deste ensaio.

A promoção do pensamento sobre sistemas adaptativos complexos é o mote desta reflexão e um dos propósitos que assumi ao escrever estas linhas. É, portanto, inerente às quatro propostas realizadas e facilmente integrável no princípio da educação.

A gestão de variáveis lentas e *“feedbacks”*, sendo relevante, carece de reflexão mais aprofundada pois o que são variáveis lentas num contexto de estabilidade, por exemplo a implantação e crescimento de um montado de sobre e azinho, podem ser rapidamente inviabilizados num contexto de transformação abrupta das condições climáticas e económicas.

O pensamento sistémico, intrínseco ao estudo dos ecossistemas e sistemas complexos, implica uma análise cuidadosa das entidades (atores, instituições) e das conexões que se estabelecem entre eles e entre outros elementos da rede nacional e global de fluxos. Só um conhecimento aprofundado destes sistemas permitirá uma boa gestão para a resiliência face às mudanças globais que se avizinham.

*Artigo de Miguel Bastos Araújo, Geógrafo - Universidade de Évora / Museu Nacional de Ciências Naturais (CSIC), Madrid*

# Análise Regional

## Conjuntura Regional - 1º Trimestre de 2020

**No 1º Trimestre de 2020, os indicadores relativos ao mercado de trabalho, na generalidade, revelam uma evolução menos favorável do que se vinha verificando em períodos anteriores, tanto relativamente ao trimestre anterior, como relativamente ao período homólogo de 2019.**

Pode referenciar-se como exceção o rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem que passou de 867€/mês no 4º trimestre de 2019 para 877€/mês neste 1º trimestre de 2020, sendo que no trimestre homólogo de 2019 ainda era de 853€/mês, tendo assim, havido um acréscimo médio de 24€/mês no período de um ano.

A taxa de desemprego, passou de 7,3% no trimestre passado para 6,4%, valor praticamente idêntico ao do período homólogo (6,3%). Este rácio está diretamente relacionado com o decréscimo do número de desempregados ter passado de 25,1 milhares para 21,9 milhares, valor próximo do verificado no período homólogo (21,6 milhares). No entanto, o número de inscritos nos serviços de emprego, na qualidade de desempregados, passou de 20,2 milhares para 22 milhares, ao que corresponde uma variação de +9%. A taxa de emprego também verificou variações negativas em ambos os períodos de referência, tendo a população empregada passado de 323,1 milhares no trimestre homólogo para 319,8 no primeiro trimestre de 2020.

### Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2020 - Mercado de trabalho

Indicador	1º Trimestre 2020	4º Trimestre 2019	1º Trimestre 2019	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Mercado de trabalho</b>						
População Activa (Mil.)	341,7	343,5	344,7	-0,9	-0,5	INE
Taxa de emprego (%)	51,9	52,1	52,6	-1,3	-0,4	INE
População empregada por conta de outrem (Mil.)	319,8	318,3	323,1	-1,0	0,5	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	877	867	853	2,8	1,2	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	55,5	56,2	56,1	-1,1	-1,2	INE
Taxa de desemprego (%)	6,4	7,3	6,3	1,6	-12,3	INE
População desempregada (Milh.)	21,9	25,1	21,6	1,4	-12,7	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	22,0	20,2	21,4	2,7	9,0	IEFP

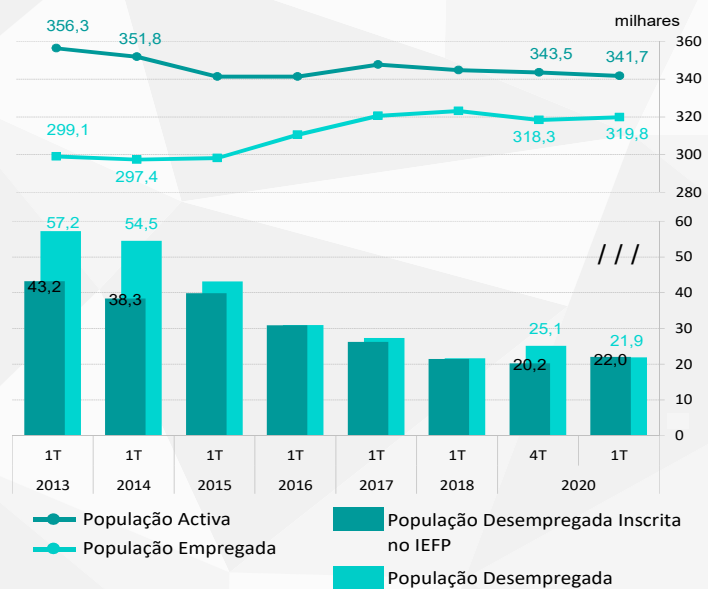
Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

A população ativa revela variações negativas, tal como a taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos. Esta tendência decrescente, apesar de não ser muito acentuada, vem-se verificando há algum tempo.

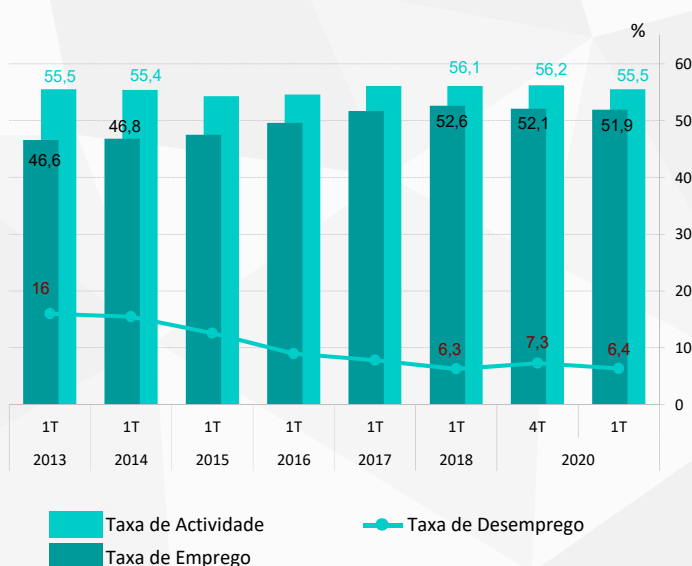
Se tivermos em conta a evolução de alguns destes indicadores em períodos mais alargados, verifica-se que a população ativa, após 2016, apesar de não revelar variações muito significativas, a tendência decrescente é clara. Quanto à evolução da população empregada, em 2018 revela uma inflexão na tendência ascendente que se verificava desde 2015, mantendo-se praticamente estável, mas com valores substancialmente superiores aos verificados em 2013.



## População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo - Evolução de 2013 a 2020



## Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2013 a 2020



Por outro lado, a população desempregada, após o decréscimo acentuado até 2018, começa a revelar uma tendência ascendente que não revela continuidade. O mesmo acontece com a população desempregada inscrita nos serviços de emprego, sendo que esta é em número inferior, o que significa que nem todos os desempregados estão inscritos nos serviços.

Por outro lado, a taxa de actividade não tem revelado variações significativas, verificando-se, no entanto, que no 1º trimestre de 2020 apresenta um valor igual ao valor apresentado no 1º trimestre de 2013 (55,5%)

A taxa de emprego revelou uma tendência ascendente até 2018, vindo a partir daí, a revelar uma ligeira tendência descendente, sendo o valor apresentado no 1º trimestre de 2020, bastante superior ao apresentado em 2013 (51,9% vs 46,6%).

A evolução da taxa de desemprego tem sido notoriamente favorável, tendo dado sinais de ligeiro movimento ascendente no 4º trimestre de 2019, para voltar a revelar um valor muito similar ao 1º trimestre de 2018.

A salientar que o mercado de trabalho, neste trimestre, não tinha ainda praticamente sofrido efeitos negativos, resultantes da Pandemia motivada pela COVID 19, dado que em Portugal e na Região as medidas preventivas e de confinamento só iniciaram a sua implementação em meados do mês de março. Será expectável que no próximo trimestre haja impactos mais visíveis nos indicadores em apreço.

*Os indicadores de habitação e turismo após uma continuada tendência ascendente, neste trimestre revelam uma alteração nessa tendência, sendo mais notória no turismo, onde o número de dormidas tem uma variação negativa de 59,6%, face ao período homólogo e a variação dos proveitos totais foi de menos 61,5%, também relativamente ao período homólogo*

A avaliação bancária dos alojamentos tem verificado continuamente uma tendência ascendente, no entanto, é de salientar que o valor do trimestre em apreço se refere a fevereiro porque à altura desta análise o valor de março não estava ainda disponível. Fica-nos aqui a dúvida relativamente à variação negativa verificada quando se compara o trimestre em apreço com o anterior, podendo dever-se a esta situação. O nº de licenças de construção, habitualmente não revela continuidade na tendência e refere-se a um número reduzido de fogos.

### Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2020 - Habitação e Turismo

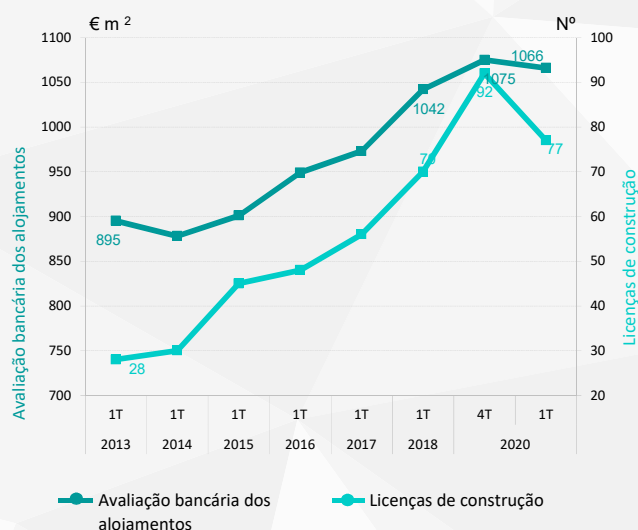
Indicador	1º Trimestre 2020	4º Trimestre 2019	1º Trimestre 2019	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Habitação e Turismo</b>						
Licenças de construção (Nº fogos)	77	92	70	10,0	-16,3	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m²)	1066 **	1075	1042	2,3	-0,8	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	48,6	98,2	120,3	-59,6	*	INE
Turismo - proveitos totais (10³ €)	2411	6115	6263	-61,5	*	INE

Fontes: INE - Infoline

\* Variações sazonais

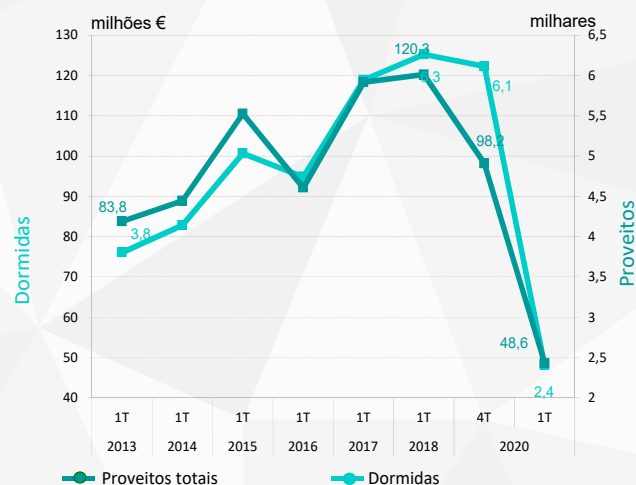
\*\* Fevereiro de 2020

### Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos Alentejo - Evolução de 2013 a 2020



Fontes: INE - Infoline

### Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução de 2013 a 2020



Fontes: INE - Infoline

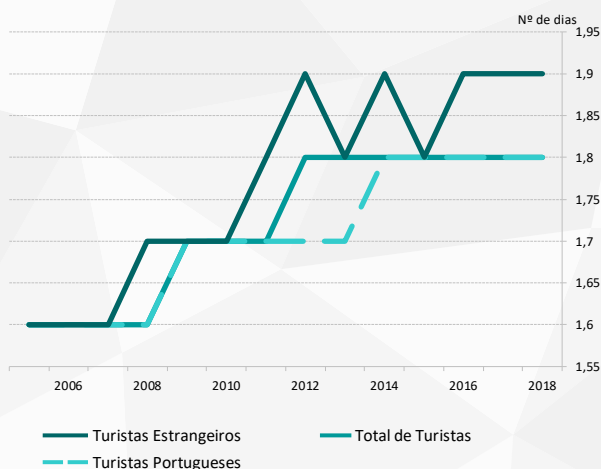
Pode constatar-se que a avaliação bancária dos alojamentos (valor em €/m²) passou de 895€ para 1066€ (dados de fevereiro de 2020), a que corresponde um acréscimo de 169€/m².

A atividade turística tem tido uma tendência positiva, revelando-se muito importante para a região. Porém, os resultados deste trimestre já manifestam uma variação negativa, de tal modo que tanto as dormidas como os proveitos da atividade turística, vieram para valores inferiores aos verificados em 2013.

Parece que este resultado pode já ser do impacto da COVID 19, pois apesar de, em Portugal e na Região, as me-



## Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2005 a 2018



Fontes: INE - Infoline

didadas só terem sido implementadas em março, noutros países a pandemia fez-se sentir mais cedo, como por exemplo na China, onde o surto se iniciou ainda no final de 2019. Assim, o turista estrangeiro já não viajou, tendo os resultados sido os apontados nestes indicadores.

O número de dias, em média, que o turista fica no Alentejo, não tem saído de 1,8 dias para o turista português e para o total de turistas, não conseguindo ultrapassar os 1,9 dias para o turista estrangeiro.

**A balança comercial da região continua a revelar em março de 2020 um resultado positivo, dado que o valor das exportações continua a ser consideravelmente superior relativamente ao das importações, se bem que quer as importações, quer as exportações tenham valores inferiores aos verificados no período homólogo de 2019.**

Porém, as exportações, face ao trimestre anterior conseguiram uma variação positiva de 1,6% e nas importações também se verificou uma variação de +1,4%.

As nossas exportações são sobretudo intracomunitárias, apesar de se ter verificado uma variação negativa no período em apreço. As extracomunitárias, apesar de assumirem um valor correspondente a quase ¼ do valor das intracomunitárias, no último trimestre, verificaram um acréscimo de cerca de 41%, face ao 4º trimestre de 2019, se bem que, face ao período homólogo tenha havido uma variação de -3,3%.

## Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2020 - Exportação / Importação

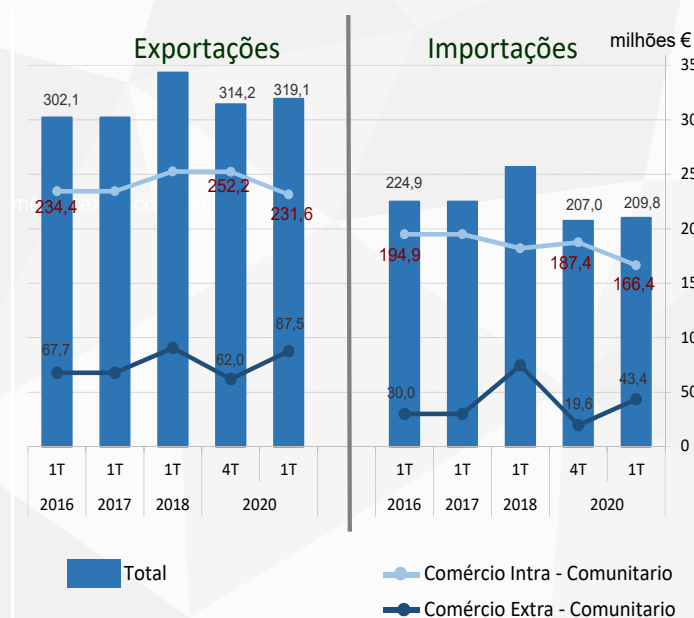
Indicador	1º Trimestre 2020	4º Trimestre 2019	1º Trimestre 2019	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Exportação / Importação</b>						
Exportações de bens (10 <sup>6</sup> €)	319,1	314,2	343,1	-7,0	1,6	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	231,6	252,2	252,6	-8,3	-8,2	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	87,5	62,0	90,5	-3,3	41,1	INE
Importações de bens (10 <sup>6</sup> €)	209,8	207,0	256,6	-18,2	1,4	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	166,4	187,4	182,1	-8,6	-11,2	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	43,4	19,6	74,5	-41,7	120,9	INE

Fonte: INE - Infoline

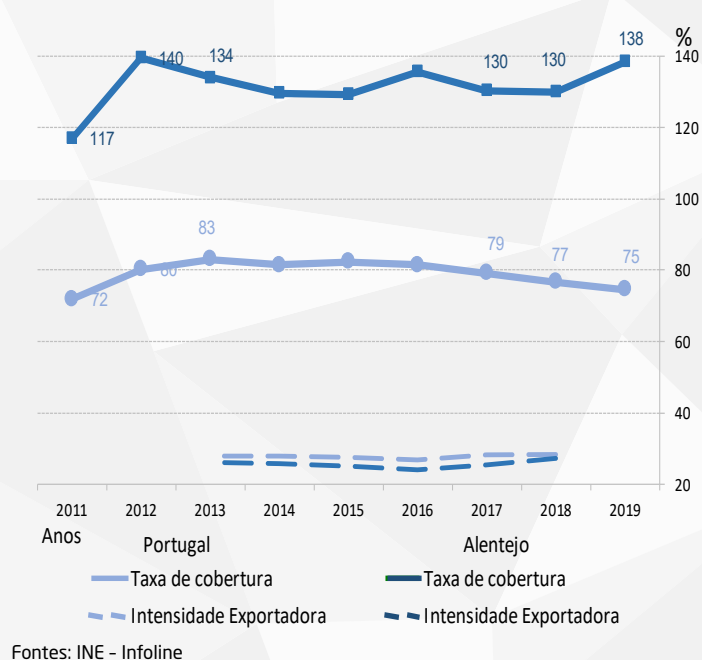
As importações também se fazem sobretudo no espaço intracomunitário, apesar do decréscimo face a ambos os períodos em apreço. Já as importações extracomunitárias, apesar de revelarem um acréscimo de cerca de 121% face ao trimestre anterior, face ao trimestre homólogo a variação foi de cerca de -42%.

Ao analisar-se a evolução do comércio internacional na região, num período temporal mais alargado, verifica-se que as exportações atingiram o valor máximo em 2018, sendo que em 2020, apresentam um posicionamento bastante mais favorável que em 2016. Estas exportações têm sido sempre sobretudo intracomunitárias, verificando-se uma tendência decrescente das exportações dentro deste espaço e uma tendência ascendente para as exportações extracomunitárias. As importações revelam praticamente a mesma tendência.

## Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra - Comunitário Alentejo - Evolução de 2016 a 2020



## Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora - Evolução de 2011 a 2019



Neste contexto, a taxa de cobertura das importações pelas exportações na Região, continua a ser substancialmente superior à mesma taxa a nível nacional, sendo a taxa regional superior a 100%, o que significa que a Região tem uma boa competitividade comercial. No entanto, a intensidade exportadora nacional revela valores superiores à regional. Saliente-se que este indicador evidencia a orientação da produção para o mercado externo e a contribuição das exportações para o PIB.

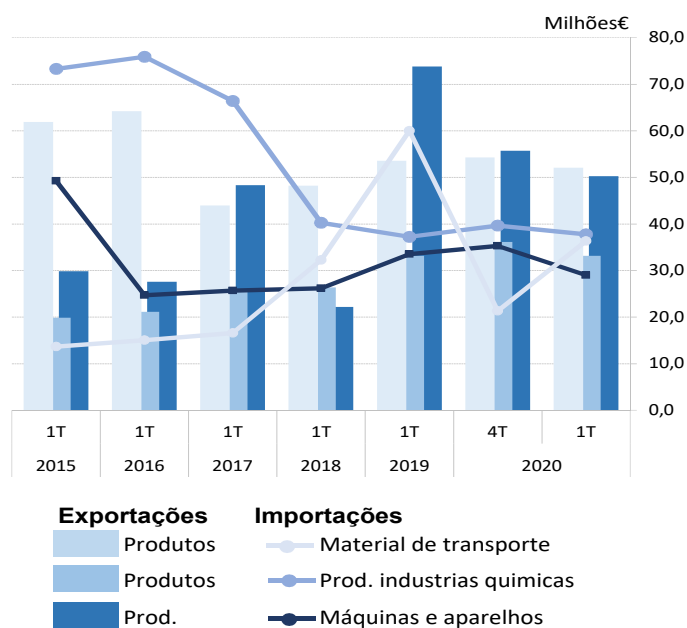
A taxa de cobertura, a nível nacional, revela uma ligeira tendência descendente, enquanto a regional, pelo contrário, revela uma tendência ascendente justificável, no caso regional, pela dinâmica Importações/exportações referida anteriormente

Quanto à intensidade exportadora, tem mantido uma tendência de estabilidade.



**A estrutura das exportações regionais, continua a revelar, à semelhança dos últimos trimestres, que o valor correspondente aos três produtos mais exportados na região são os produtos de indústrias químicas, seguido de produtos minerais e de produtos do reino vegetal. Os três produtos que ocupam o maior valor nas importações são os produtos de indústrias químicas, as máquinas e aparelhos e material de transporte**

## Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2015 a 2020



Fontes: INE - Infoline

Têm-se revelado algumas dinâmicas no posicionamento destes produtos, quer em termos das exportações, quer das importações. O valor das exportações de produtos de indústrias químicas tem vindo a revelar uma tendência ascendente, superior ao valor das importações desta mesma tipologia de produtos. Também o valor das exportações de produtos do reino vegetal tem vindo a revelar tendência continuamente ascendente, tendo este trimestre revelado uma tendência descendente, face ao trimestre anterior, mas mantendo-se como o produto com valor de exportação que ocupa o 3º lugar de produto mais exportado. Já o valor das exportações de produtos minerais, após 2016, verificou-se uma quebra na capacidade exportadora que tem vindo a recuperar, com tendência ascendente (com ligeira inversão no último trimestre) ocupando o 2º lugar no valor de produtos mais exportados, a partir do final de 2018. As importações de material de transporte, desde o período homólogo de 2019 que revelam uma tendência descontínua e alguma recuperação neste trimestre, face ao anterior.

Artigo da responsabilidade de Teresa Godinho, chefe de divisão e Amável Candeias, técnico superior - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.

# Para uma Administração Local de Excelência

## Autarquias Locais e Covid-19: medidas excepcionais em tempos de exceção

A atipicidade que vem marcando o ano de 2020, convoca todos os atores institucionais para, num esforço sinérgico, darem o seu contributo no combate à conjuntura da pandemia por Covid-19. Sendo que os municípios e as freguesias estão na primeira linha do contacto com as populações e serviços por ela afetados.

Num período tão adverso como aquele em que vivemos, é de elementar justiça sublinhar o papel das entidades da administração local do Alentejo que, no contexto das suas atribuições, são diariamente o rosto da Administração Pública, conhecedora dos seus territórios e próximas dos cidadãos como nenhum outro setor.

Movidas pela vontade incessante de procurar o bem-estar das suas populações, tanto os municípios e comunidades intermunicipais como as freguesias se têm desdobrado em atuações prioritariamente dirigidas aos extratos mais vulneráveis da sociedade e aos setores de atividade mais expostos à situação gravosa de saúde pública vivida por estes dias.

A consagração de medidas legislativas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus, não obstante ter em consideração o quadro das competências dos órgãos das autarquias locais, tem visado promover alguns ajustes quer no respeitante ao calendário de algumas reuniões e sessões (documentos de prestação de contas), quer no que concerne à sua intervenção no âmbito das matérias da sua competência em contexto Covid-19.

Efetivamente, múltiplos atos, condutas ou eventos do quotidiano em sociedade passaram a estar proibidas ou condicionadas, restrições cuja intensidade tem vindo a ser modelada, monitorizada e atualizada em função da sua natureza e das fases progressivas da resposta concertada em matéria de saúde pública, iniciada com a declaração do estado de emergência e continuada com a sucessiva evolução para a situação de calamidade e para a situação de alerta, constatando-se que em muitas delas cabe às autarquias locais zelar ou contribuir para o seu cumprimento.

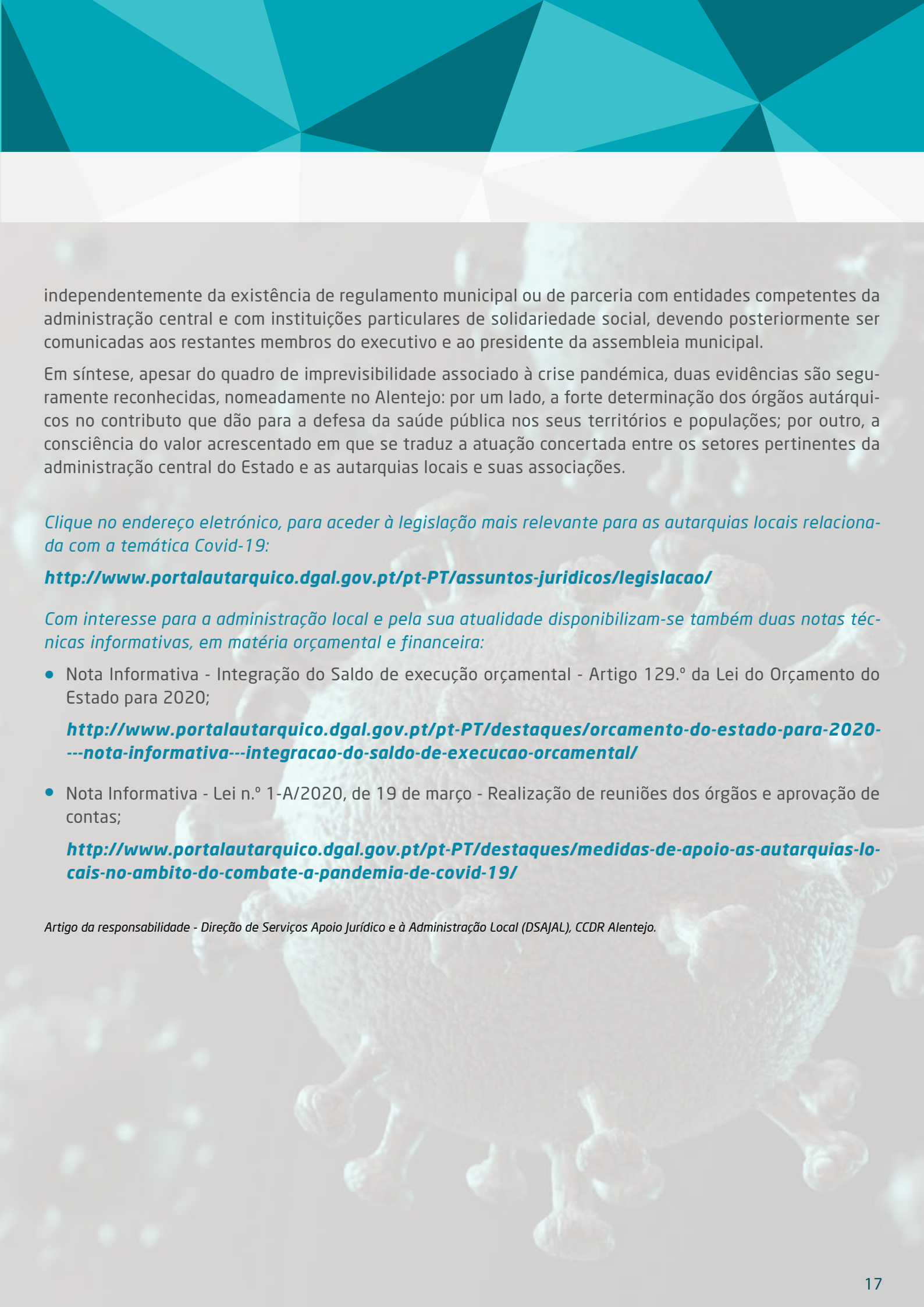
A título de exemplo, citem-se as restrições a práticas desportivas em recintos fechados, desfiles ou festas populares, a frequência de salões de jogos ou recreativos, e de determinados estabelecimentos de bebidas. Refiram-se ainda medidas organizacionais de funerais, feiras e mercados, bem como condicionamentos ao nível dos transportes públicos de passageiros e ao nível da utilização de praias.

A estes condicionamentos soma-se ainda uma panóplia de situações da vida onde as autarquias se têm desdobrado em colaborações e apoios, quer com as autoridades de saúde e de proteção social e comunidades educativas, quer no âmbito de redes assistenciais alimentares, ou de lares, quer ainda na congregação de condições para apoios ao setor empresarial, nomeadamente das micro, pequenas e médias empresas.

Na realidade, a par de determinadas instâncias da administração central, os municípios protagonizam um papel de agentes de saúde pública, no sentido em que são por excelência mobilizadores das comunidades locais, com capacidade de estabelecer parcerias com outros agentes instalados nos seus territórios que complementem a sua ação e, com isso, restabelecer ou fomentar a confiança nos diversos extratos da população e, bem assim, das entidades dos setores social, associativo e operadores económicos.

Crê-se que a premência do *agir em tempo útil* nos dias de hoje se encontrará entre os fatores que levaram a Assembleia da República a estabelecer um regime excepcional em vigor para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, onde se prevê que a competência para a prestação de serviços e de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade passa atualmente a ser considerada legalmente delegada no presidente da câmara municipal, podendo estes apoios ser concedidos





independentemente da existência de regulamento municipal ou de parceria com entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, devendo posteriormente ser comunicadas aos restantes membros do executivo e ao presidente da assembleia municipal.

Em síntese, apesar do quadro de imprevisibilidade associado à crise pandémica, duas evidências são seguramente reconhecidas, nomeadamente no Alentejo: por um lado, a forte determinação dos órgãos autárquicos no contributo que dão para a defesa da saúde pública nos seus territórios e populações; por outro, a consciência do valor acrescentado em que se traduz a atuação concertada entre os setores pertinentes da administração central do Estado e as autarquias locais e suas associações.

*Clique no endereço eletrónico, para aceder à legislação mais relevante para as autarquias locais relacionada com a temática Covid-19:*

**<http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/assuntos-juridicos/legislacao/>**

*Com interesse para a administração local e pela sua atualidade disponibilizam-se também duas notas técnicas informativas, em matéria orçamental e financeira:*

- Nota Informativa - Integração do Saldo de execução orçamental - Artigo 129.º da Lei do Orçamento do Estado para 2020;

**<http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/destaques/orcamento-do-estado-para-2020---nota-informativa---integracao-do-saldo-de-execucao-orcamental/>**

- Nota Informativa - Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - Realização de reuniões dos órgãos e aprovação de contas;

**<http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/destaques/medidas-de-apoio-as-autarquias-locais-no-ambito-do-combate-a-pandemia-de-covid-19/>**

*Artigo da responsabilidade - Direção de Serviços Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL), CCDR Alentejo.*

# Perspetiva 2020

## A caminho de 2030

A definição do caminho que o Alentejo tem a seguir até 2030, tem à partida, referenciais que não podem ser ignorados, nomeadamente os pilares do Programa Nacional de Reformas (PNR), as preocupações mais transversais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030), do Pacto Ecológico Europeu e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Porém, estes referenciais não impedem que necessariamente possa partir dos atores do território, uma reflexão prospetiva para a definição de uma estratégia regional, que tenha como meta o desenvolvimento equilibrado do território, onde se venha a evidenciar a redução das assimetrias regionais e onde a coesão e o reforço da competitividade confirmem mais coerência e visão integrada das políticas setoriais e regionais. Os pontos de partida a considerar são:

- O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- O Programa Nacional de Investimentos (PNI), ou os Planos Nacionais e Regionais Setoriais;
- As Estratégias Regionais e Estratégias de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (NUTS II), Estratégia Integradas de Desenvolvimento Territorial (NUTS III), Estratégias de Desenvolvimento Local (sub-NUTS III); para além dos exercícios de intervenções transversais e locais na esfera da mobilidade, da intervenção urbana, ou de outras temáticas.

Os desafios para a Região são muitos e assentam essencialmente sobre as seguintes temáticas:

No âmbito da Demografia, pretende-se diminuir as assimetrias regionais, reforçando a coesão Territorial de forma transversal e integrada;

O enfoque no combate às desigualdades, é um domínio que, na sequência das problemáticas advenientes da COVID 19, assumirá força e torna-se clara a necessidade de assegurar uma rede de serviços de interesse geral mais equilibrada e ajustada ao tecido social e económico;

As alterações climáticas assumem uma preocupação que levará à mobilização dos atores para novos desafios societais, reforçando a intervenção necessariamente integrada no território Urbano e Rural;

O incremento da sociedade digital, criatividade e inovação, torna irreversível a necessidade de articular o conhecimento com os recursos existentes no território, reforçando os ecossistemas de inovação.

A atual pandemia está a afetar a economia mundial, nacional e regional, devendo ter-se em conta estes efeitos, que no final de 2019 não eram previsíveis, para a estratégia 2030. Não temos ainda o tempo de distanciamento suficiente para podermos analisar os impactos da COVID 19 num conjunto significativo de indicadores regionais. No entanto, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou recentemente os números definitivos do PIB do primeiro trimestre 2020, tendo sido registada uma queda de 2,3% em termos homólogos e 3,8% em cadeia. Segundo a mesma fonte, **as** vendas do comércio a retalho caíram 21,6% em abril, face ao mesmo mês de 2019, uma descida principalmente nas vendas de produtos não alimentares. Estes dados, apesar de serem nacionais, na Região não serão muito diferentes.

Além dos referenciais anteriormente indicados para a definição da estratégia Regional, a situação pós pandemia, será outra referência a ter em conta.

Não sendo o distanciamento temporal suficiente para termos dados regionais já com o impacto da pandemia como foi referido, façamos um retrato, a nível de alguns indicadores regionais, que nos permitirão, posteriormente, nesta sede, fazer a devida comparação, destes, com os que teremos no futuro próximo.

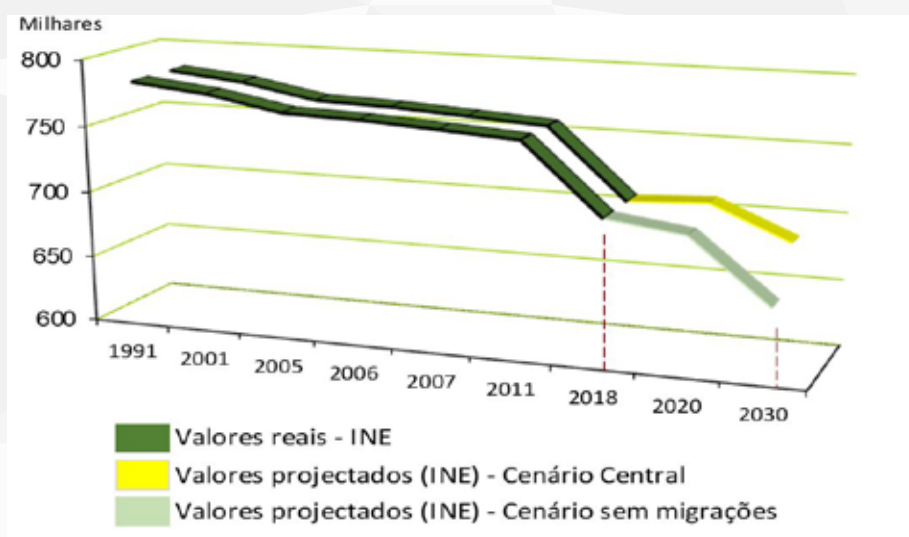


A região comporta 468 160 habitantes.

Evolução demográfica do Alentejo tem sido **marcada por um constante decréscimo da população**,

As **projeções demográficas** efetuadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2030, considerando o **cenário mais favorável, um decréscimo de 5%**,

### População residente Projeção (INE)

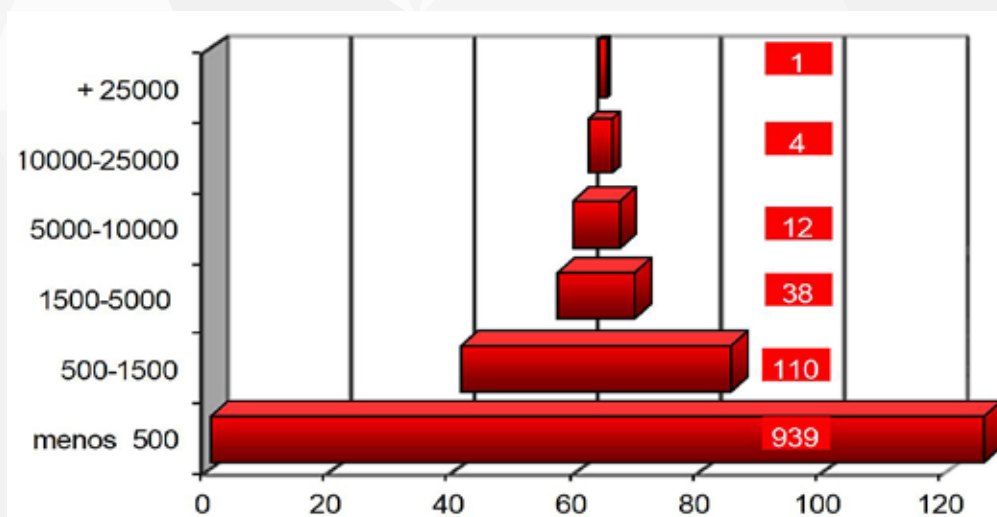


É a região portuguesa **de menor densidade populacional**, com valores ligeiramente superiores aos 21 hab/km<sup>2</sup>, enquanto que a média nacional se situa nos 112 hab/km<sup>2</sup>

**Predominância dos lugares de pequena dimensão**, abaixo dos 1.500 habitantes, encontram-se mais de 95% dos lugares, num quantitativo de 939 localidades.

**Elevado nível de concentração de população alentejana** patente no facto de a 90% dos lugares mais pequenos corresponder apenas 26% da população residente e os 10% de lugares maiores serem responsáveis pela fixação de mais de 74% dos habitantes da região.

### nº de lugares por dimensão - 2011

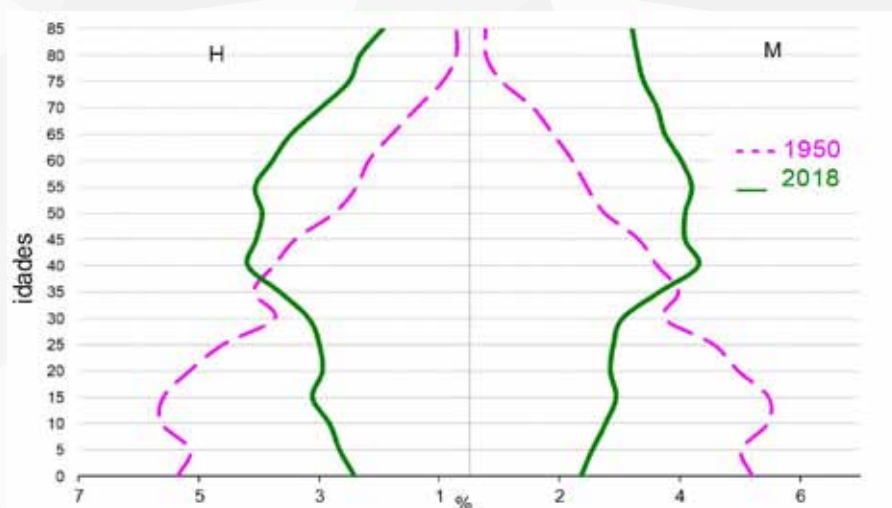


### Estrutura populacional duplamente muito envelhecida.

População **idosa e reformada, que tem vindo a aumentar** de uma forma exponencial, A população com 65 ou + anos representa já 26,2% (122504 indivíduos).

**Decréscimo da população jovem**, entre os 0-14 anos representa 12,3% do total (57453 indivíduos).

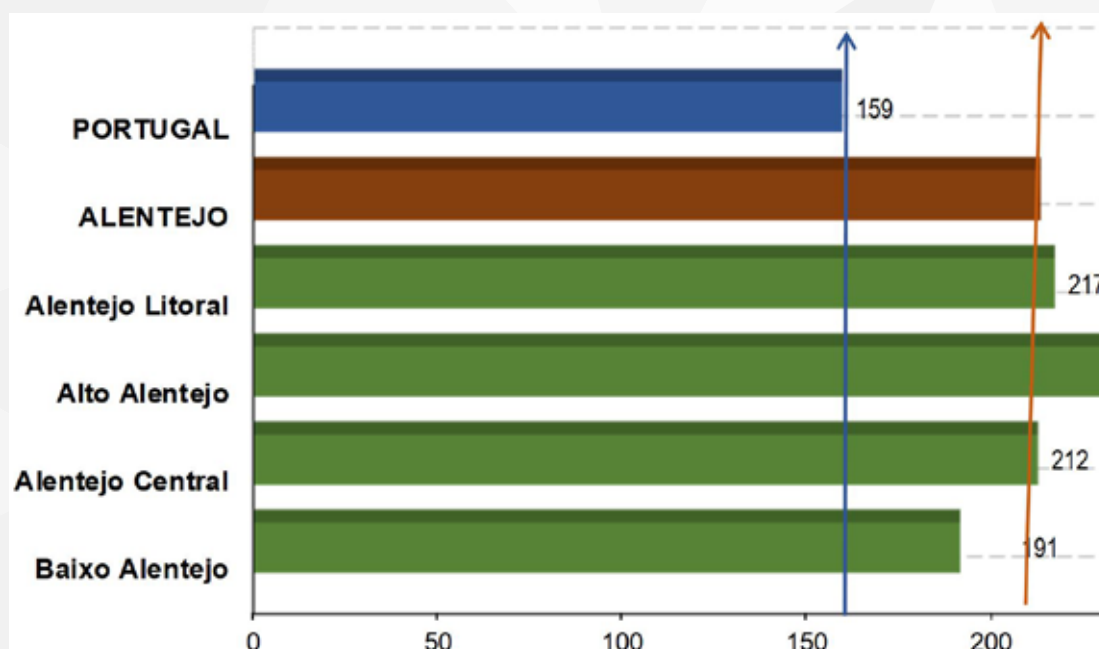
### Pirâmide de idades -1950-2019



No Alentejo o fenómeno do envelhecimento não é recente, e, na atualidade, assume uma importância particular uma vez que em 2018 atingiu-se o **valor médio de 2 idosos para cada jovem**, patente num **Índice de Envelhecimento de 203**.

Desde 2016, derivada à maior incidência da mortalidade nas idades mais avançadas, **uma diminuição inédita do efetivo de população idosa (65 e mais anos)**.

### Índice de Envelhecimento



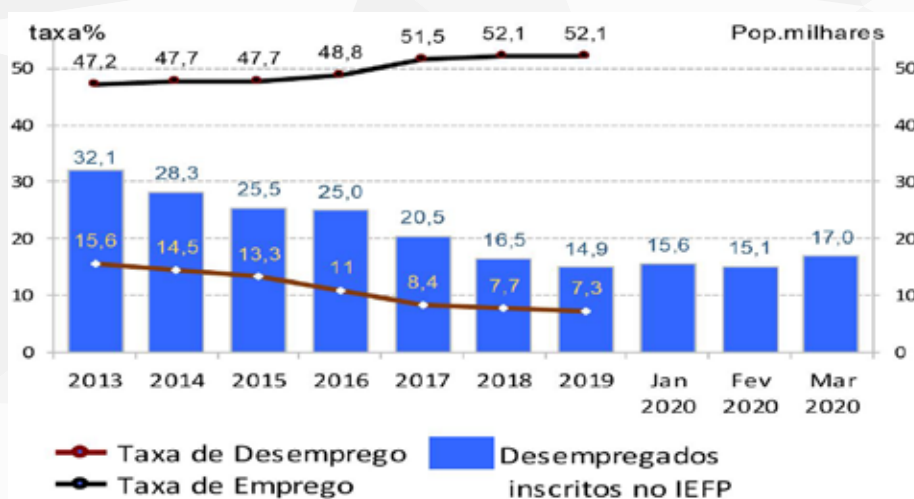
Evolução **positiva tanto nos principais indicadores** do mercado de trabalho.

**Descida continuada das taxas de desemprego** com valores próximos de 7%.

**Aumento significativo das taxas de Emprego** no período “pós troika” e **estabilização nos últimos 2 anos** no nível ligeiramente superior a 52%.

Em **março subida significativa do nº de desempregados inscritos no IEFP (1891 num mês)**.

### Taxa de Emprego e Desemprego



A Região Alentejo conheceu nos últimos anos uma melhoria do nível de saúde das suas populações, observada através dos principais indicadores de saúde, apesar de manter numa situação desfavorável face à média nacional

A dotação de **camas hospitalares existentes no Alentejo, por 1000 habitantes, é inferior à média nacional**, com valores que apontam para 2,2 camas por 1.000 habitantes, enquanto no país a média atinge as 3,4 camas.

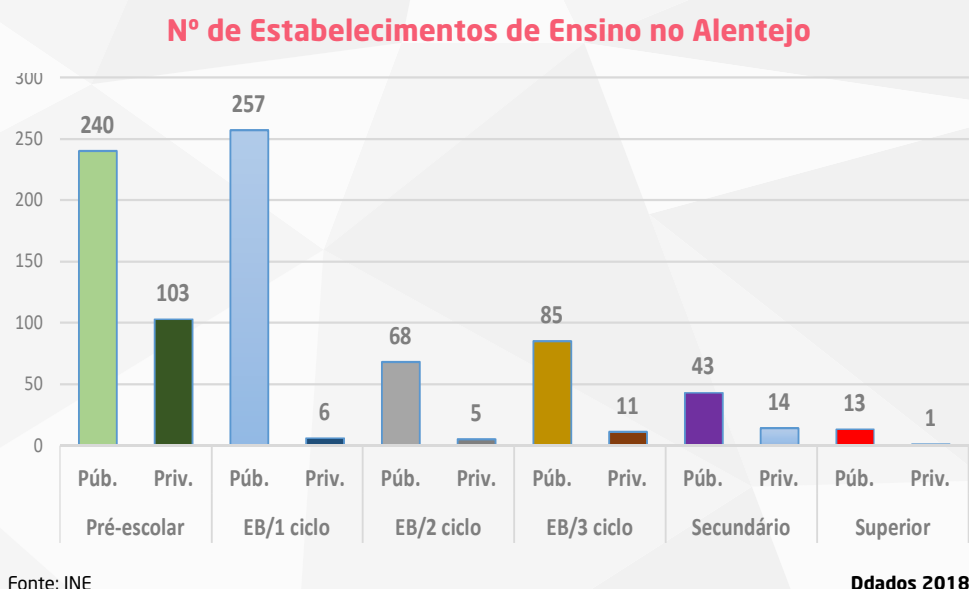
O Alentejo situa-se bastante abaixo da dotação em termos de pessoal médico e de enfermagem, 3 para uma média nacional de 5,2 médicos por mil habitantes e de 6,7 vs. 7,2 enfermeiros por mil habitantes.

### Indicadores de saúde - Alentejo e Portugal

Indicadores	Portugal	Alentejo	
	2018	2018	2011
Camas dos hospitais, por 1000 habitantes	3,4	2,2	2,2
Consultas médicas na unidade de consulta externa, por habitante	1,9	1,1	0,8
Enfermeira(o)s, por 1000 habitantes	7,2	6,7	5,1
Médica(o)s, por 1000 habitantes	5,2	3	2,2
Médica(o)s especialistas, por 1000 habitantes	3,8	2,1	1,4
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (%)	3,2	4,5	4,5
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal	2,1	2,2	2,1

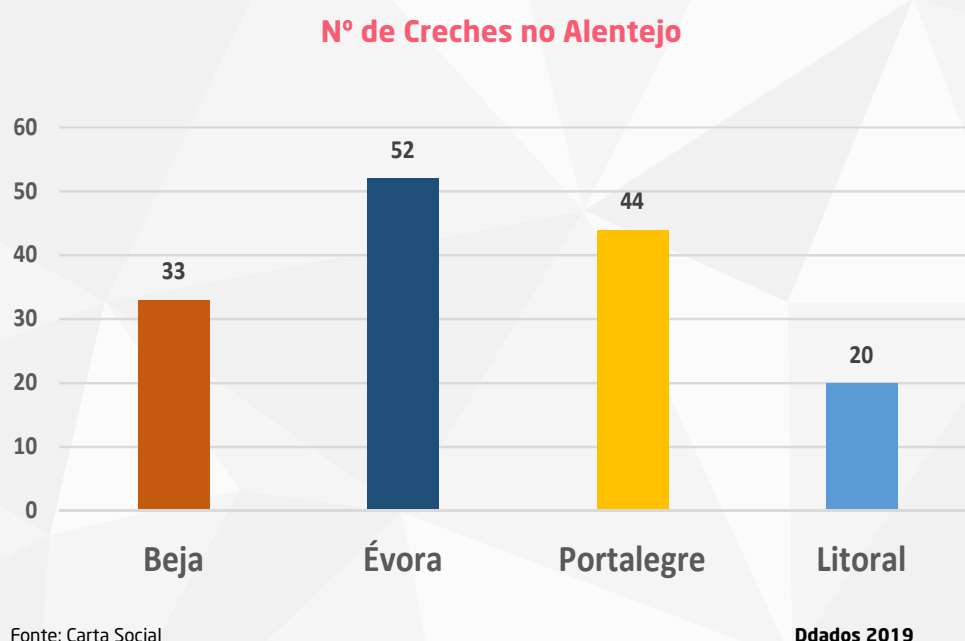


Apesar da organização dos estabelecimentos escolares estar definida por agrupamentos de escolas, ao fazer-se a referência, de acordo com a **oferta do nível de escolaridade**, é de salientar o **maior número de estabelecimentos que oferecem a educação pré-escolar e o 1º ciclo de escolaridade**. A menor oferta incide sobre o ensino superior. A salientar que a educação pré escolar é oferecida em 343 estabelecimentos (240 de oferta pública e 103 privada/solidária), e o 1º ciclo em 263, essencialmente de oferta pública, dado que a oferta privada, a partir do 1º ciclo de escolaridade básica, praticamente não tem expressão no Alentejo.



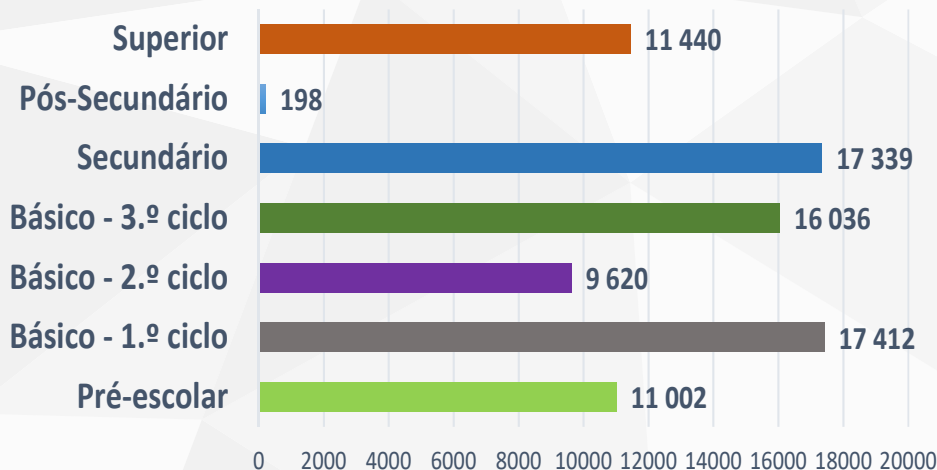
O **número de Creches no Alentejo**, de oferta privada e solidária, totaliza **149**, que acolhem cerca de **5800** crianças até aos 3 anos.

A média do número de salas de creche, por estabelecimento, salvaguardando a leitura desta unidade estatística, é de 3 salas por creche, havendo um número de crianças por sala, entre 15 e 18 crianças.



O número de crianças que frequenta a educação pré-escolar, totaliza 11 002 crianças, sendo que o 1º ciclo é frequentado por cerca de 17 412 alunos. Relacionando o número de alunos com o número de estabelecimentos, representados acima, pode concluir-se que a educação pré-escolar e o 1º ciclo estão dispersos por um maior número de estabelecimentos, enquanto o ensino secundário, com um número de alunos ligeiramente inferior ao número do 1º ciclo, ocupa um número de estabelecimentos muito menor, o que significa **uma maior concentração dos alunos do ensino secundário, relativamente ao 1º ciclo e à educação pré-escolar**.

### Número de Alunos no Alentejo 2017/2018

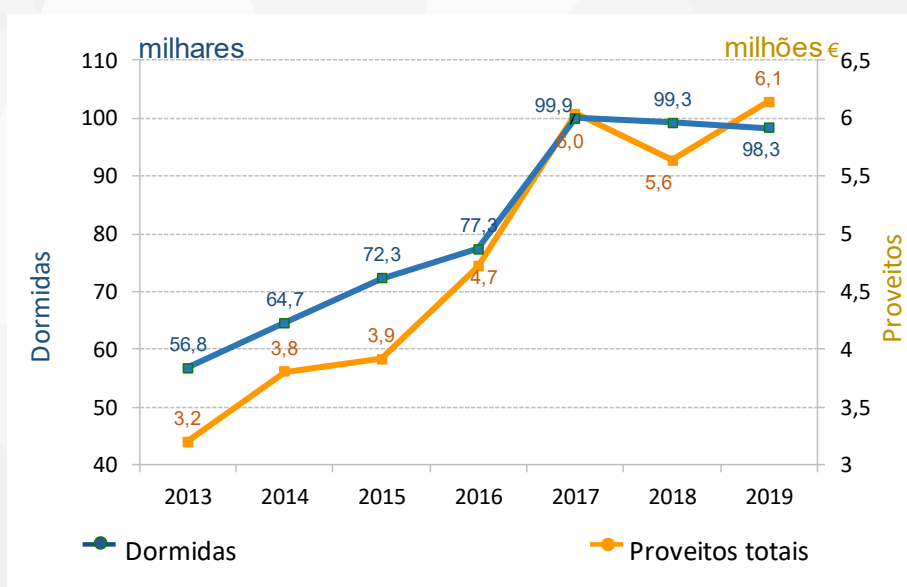


Fonte: INE

Ano 2018

A **atividade turística**, tanto no que respeita ao **número de dormidas** como em relação aos **proveitos**, continua a manter-se numa situação favorável.

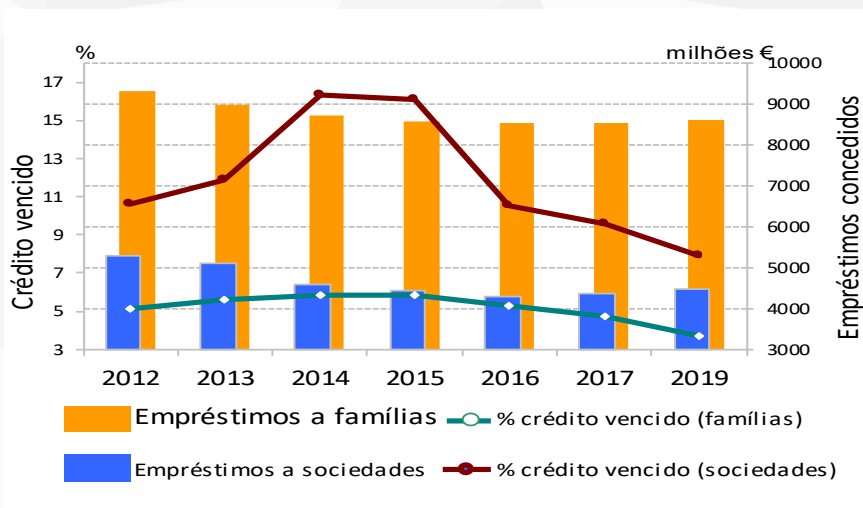
### Dormidas e Proveitos da Atividade Turística



No período referenciado, os **empréstimos concedidos às famílias têm manifestado uma tendência decrescente**. Da mesma forma, no contexto do **crédito vencido** relativo a empréstimos às famílias verificou-se uma **redução muito significativa**.

As **sociedades apresentam uma tendência para uma ligeira subida** relativa aos empréstimos que lhe são concedidos e de uma forma positiva têm vindo a **reduzir o respetivo crédito vencido**.

### Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedade



A proporção do PIB e do VAB regional ocupam uma posição de 4,4 pontos percentuais, face ao valor nacional.

O índice de preços do consumidor, na região tem um valor médio, abaixo do valor médio nacional, sucedendo o mesmo com **o rendimento médio mensal líquido, onde a região chega a 856€ face à média nacional de 909€**.

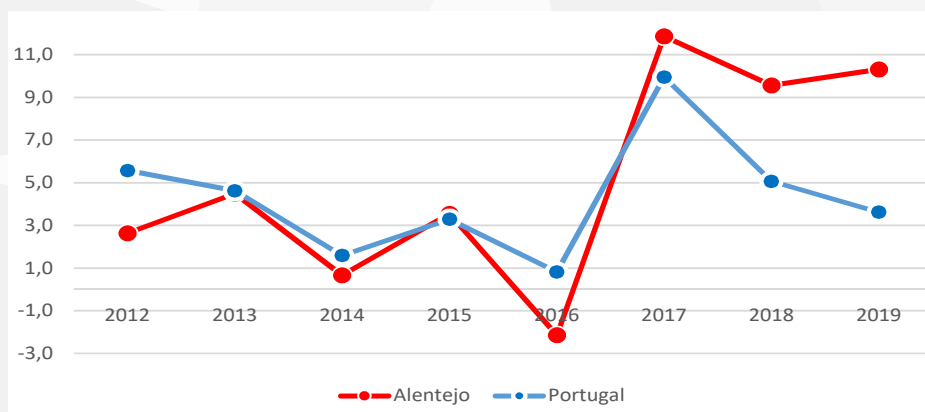
A região exporta 3,5%, o que corresponde a cerca de 2112 milhões de euros e importa 1,8%, o que corresponde a 1470 milhões de euros, **o que corresponde a uma balança comercial regional com superavit**.

Proporção do PIB Alentejo Tradicional (%) 2018	4.4
Proporção do VAB Alentejo Tradicional (%) 2018	4.4
Índice de preços no consumidor PT/ALT Março 2020	104.04/103.5
Rendimento médio mensal líquido PT/ALT (€)2019	909/856
Exportações Alentejo Tradicional (Milhões €) 2019	2 112
Exportações Alentejo Tradicional (%) 2019	3.5
Importações Alentejo Tradicional (Milhões €) 2019	1 470
Importações Alentejo Tradicional (%) 2019	1.8
Saldo da Balança Comercial Alentejo Tradicional (Milhões €) 2019	642



A **taxa de variação das exportações** na região, a partir de 2016 revelou um comportamento positivo, **mais relevante que a taxa de variação nacional**, o que é um sinal positivo para a Região.

**Taxa de Variação Anual das Exportações %**

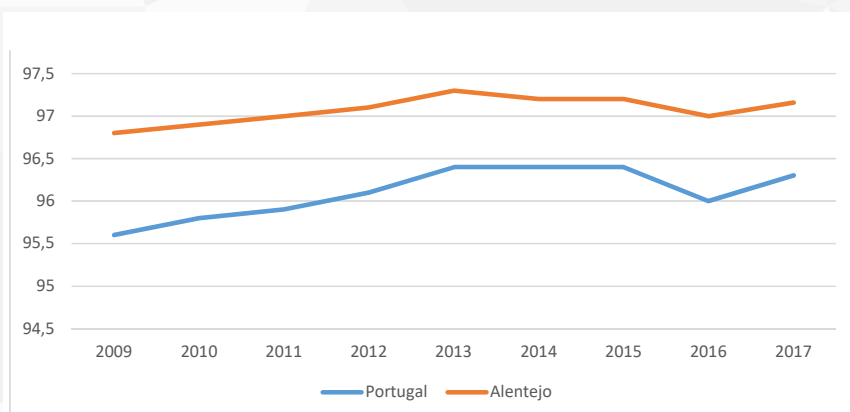


A proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço, não tem variado significativamente na Região, com ligeira tendência crescente, um pouco superior que a média nacional. **Há uma grande prevalência de empresas desta pequena dimensão.**

Localização geográfica	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço			
	2009	2011	2015	2017
	%	%	%	%
Portugal	95,6	95,9	96,4	96,3
Alentejo	96,8	97,0	97,2	97,2

**A evolução, no tempo, não revela grandes alterações à situação existente.**

**Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço**

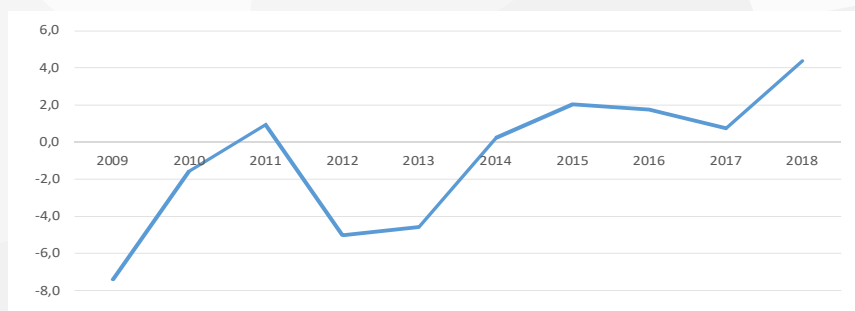


**A evolução do número de trabalhadores na indústria transformadora** tem tido uma evolução muito positiva, no sentido do aumento de postos de trabalho em empresas deste setor.

Localização geográfica	Atividade económica	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas do Alentejo			
		2009 N.º	2012 N.º	2015 N.º	2018 N.º
<b>Alentejo</b>	<b>Total</b>	203 111	182 592	189 421	211 466
	<b>Indústrias transformadoras</b>	33 826	31 949	31 176	33 355
<b>Taxa de Variação Anual do Emprego na Indústria Transformadora</b>		-7,4	-5,0	2,0	4,4

**A taxa de variação anual do emprego passou de -7,4% em 2009 para 4,4% em 2018**, o que confirma o aumento de postos de trabalho neste tipo de empresas.

#### Taxa de Variação Anual do Emprego na Indústria Transformadora - Alentejo

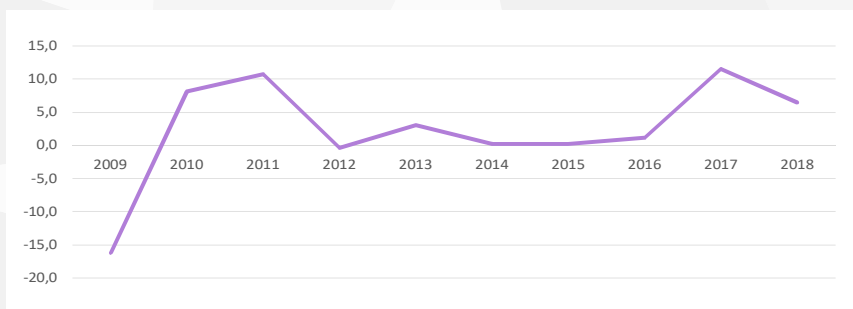


**A evolução no volume de negócios na indústria transformadora da região** está em consonância com os indicadores anteriores, **tendo passado de 3578 milhões de € em 2009 para 5303 milhões de € em 2018**.

Localização geográfica	Atividade económica	Volume de negócios das empresas no Alentejo			
		2009 milhões de €	2012 milhões de €	2015 milhões de €	2018 milhões de €
<b>Alentejo</b>	<b>Total</b>	14 193	14 041	15 169	17 747
	<b>Indústrias transformadoras</b>	3 578	4 269	4 413	5 303
<b>Taxa de Variação Anual do Volume de Negócios na Indústria Transformadora</b>		-16,2	-0,4	0,2	6,5

A taxa de variação anual do volume de negócios vem confirmar a evolução referenciada, tendo passado de -16,2% para 6,5% no período temporal já indicado.

### Taxa de Variação Anual do Volume de Negócios na Indústria Transformadora - Alentejo

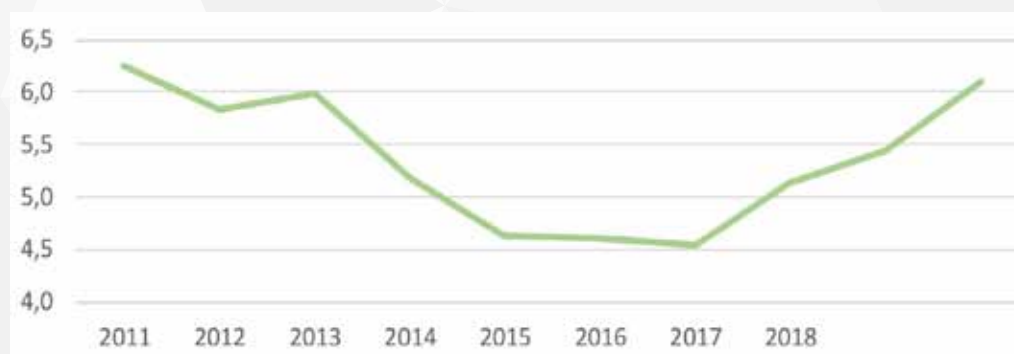


Quanto à proporção do VAB das empresas de Alojamento, restauração e similares, após a quebra de 2015, retomou os valores da ordem dos 6%.

Localização geográfica	Proporção do Valor acrescentado bruto (%) das Empresas de Alojamento, Restauração e similares no total			
	2008	2011	2015	2018
	%	%	%	%
Alentejo	6,2	6,0	4,5	6,1

Estes dados são confirmados no presente gráfico evolutivo

### Proporção de Valor Acrescentado Bruto das Empresas de Alojamento, Restauração e similares no total - Alentejo





# O Alentejo no contexto do Portugal 2020

## Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região

Situação a 31 de março de 2020

O Portugal 2020, para consagrar a política de desenvolvimento económico, social e territorial para Portugal, no período que medeia entre 2014 e 2020, reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente, FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP. Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais intervenções dos fundos europeus no Alentejo, com maior incidência para o Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais Temáticos COMPETE 2020, PO SEUR, PO CH, PO ISE e PDR 2020. Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela AD&C no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial, sendo a última referente a 31 de março de 2020 e à informação disponibilizada nos sites do PDR 2020 e MAR 2020, esta última referente a 31 de dezembro de 2019.

### Síntese Trimestral

Durante o último trimestre pode constatar-se que houve crescimento, quer ao nível das operações aprovadas, quer ao nível do investimento elegível, bem como ao nível dos fundos europeus comprometidos, se bem que este crescimento foi um pouco mais moderado.

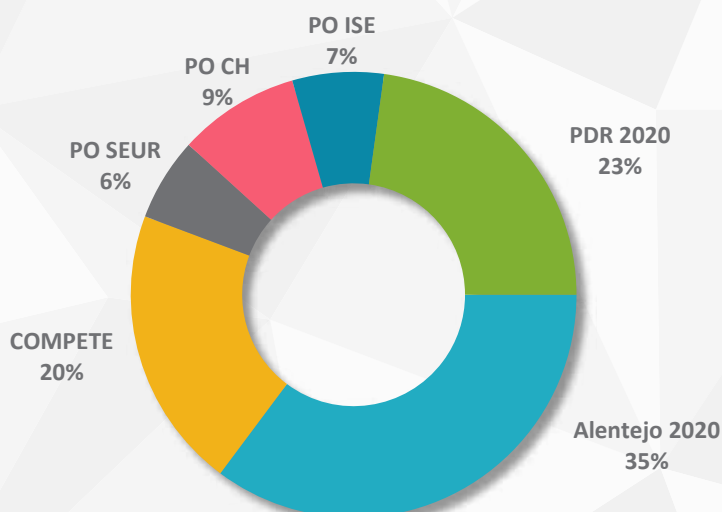
Quadro 1 - Evolução Global dos Fundos Europeus

	Acréscimo Relativo	
	Trimestre Anterior	Ano Anterior
Nº Operações	2,6%	28,1%
Investimento Elegível	0,8%	22,5%
Fundo Europeu	1,7%	21,0%

O mesmo se passou ao longo do último ano (mar. 2020 - mar. 2019), durante o qual se registaram acréscimos significativos ao nível de cada uma das variáveis analisadas.

Gráfico 1 - O Investimento por Programa Operacional na Região Alentejo

Investimento Elegível por Programa Operacional (março 2020)

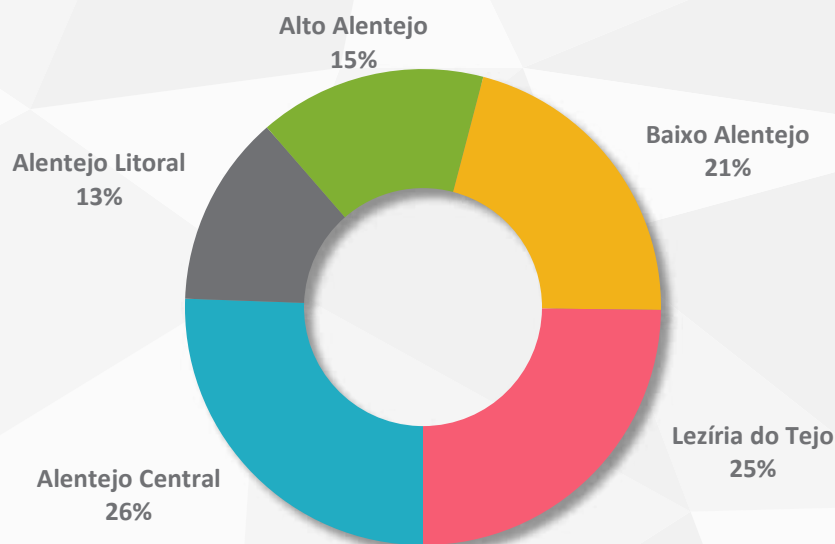


Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

Conforme se pode constatar, no Alentejo a maior parte do investimento elegível aprovado encontra-se aprovado ao abrigo das candidaturas ao Alentejo 2020, seguindo-se o PDR 2020 e o COMPETE 2020, entre os três são responsáveis por 78% de todo o investimento elegível candidatado ao abrigo dos fundos europeus.

Gráfico 2 - O Investimento no Alentejo por NUTS III

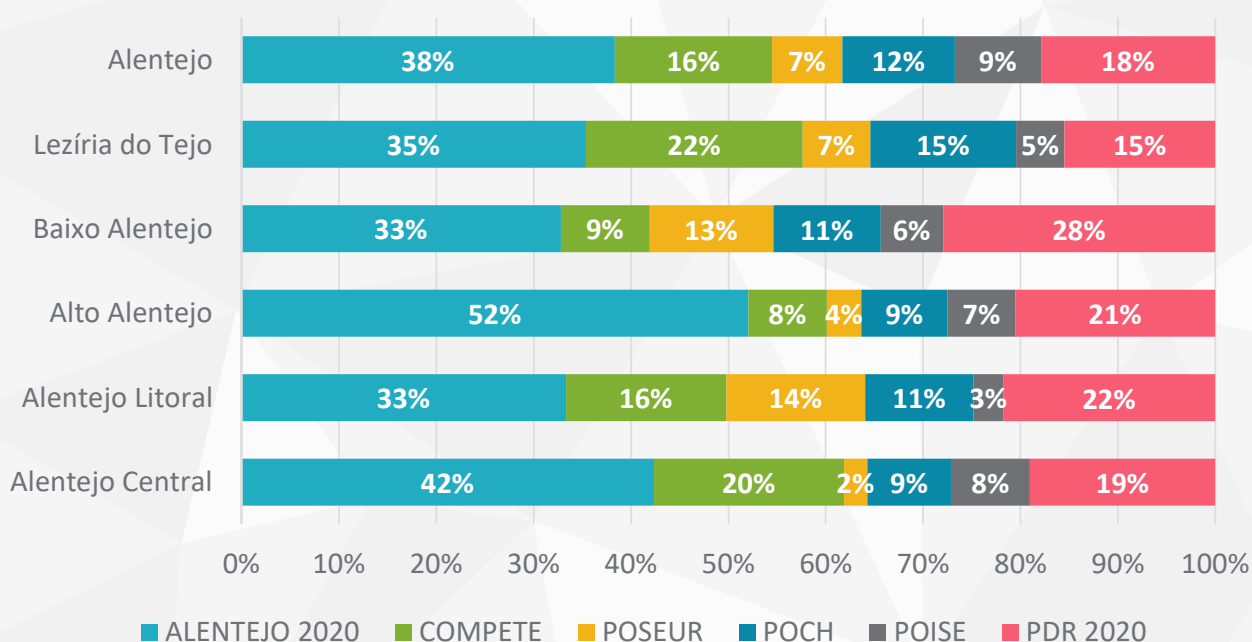
Investimento Elegível Aprovado por NUT III (março 2020)



Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

Em termos territoriais, o maior volume de investimento elegível aprovado encontra-se no Alentejo Central, seguido de perto pela Lezíria do Tejo, entre estas duas NUTS III, encontra-se 51% do investimento elegível aprovado para esta região.

Gráfico 3 - Fundo Europeu Aprovado por PO e por NUTS III

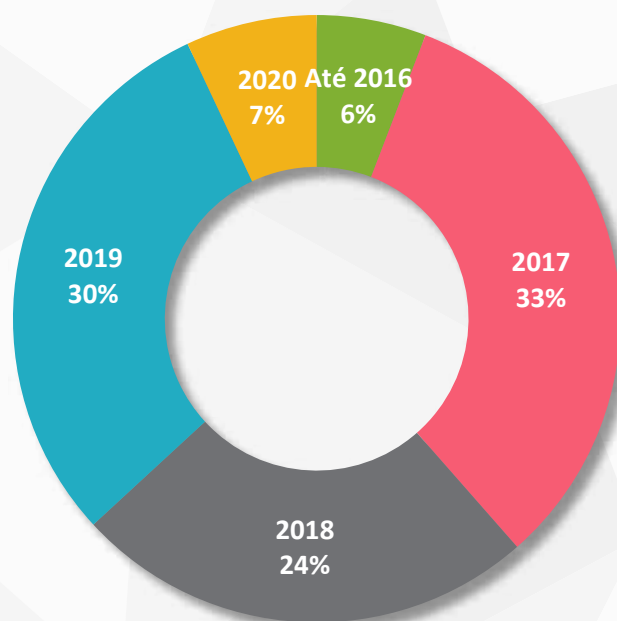


Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

O Alto Alentejo é a NUTS III onde o Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional, assume maior destaque no contexto dos fundos europeus aprovados para financiar o investimento nessa NUTS III. Por sua vez, no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo, o Alentejo 2020 assume menos preponderância no contexto dos PO financiadores. De salientar ainda o peso relativo que o PDR tem na NUTS III Baixo Alentejo, na qual se aproxima do peso do Alentejo 2020.

Fazendo uma retrospectiva acerca de pagamentos de fundos europeus, verifica-se que o maior volume ocorreu durante o ano de 2017, e que até à data de reporte já se fizeram pagamentos em valor que corresponde a cerca de 7% do total de pagamentos de fundos europeus desde o início do Portugal 2020.

Gráfico 4 - Pagamentos de Fundos Europeus no Alentejo no âmbito do Portugal 2020

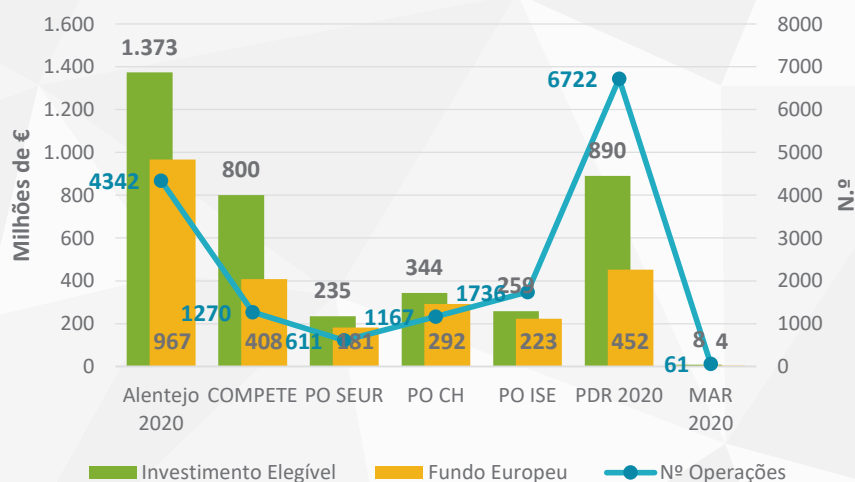


Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

### Operações aprovadas por programa operacional

À data de realização desta análise, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020, o PDR 2020 e o COMPETE 2020.

Gráfico 5 - Os Programas Operacionais no Alentejo



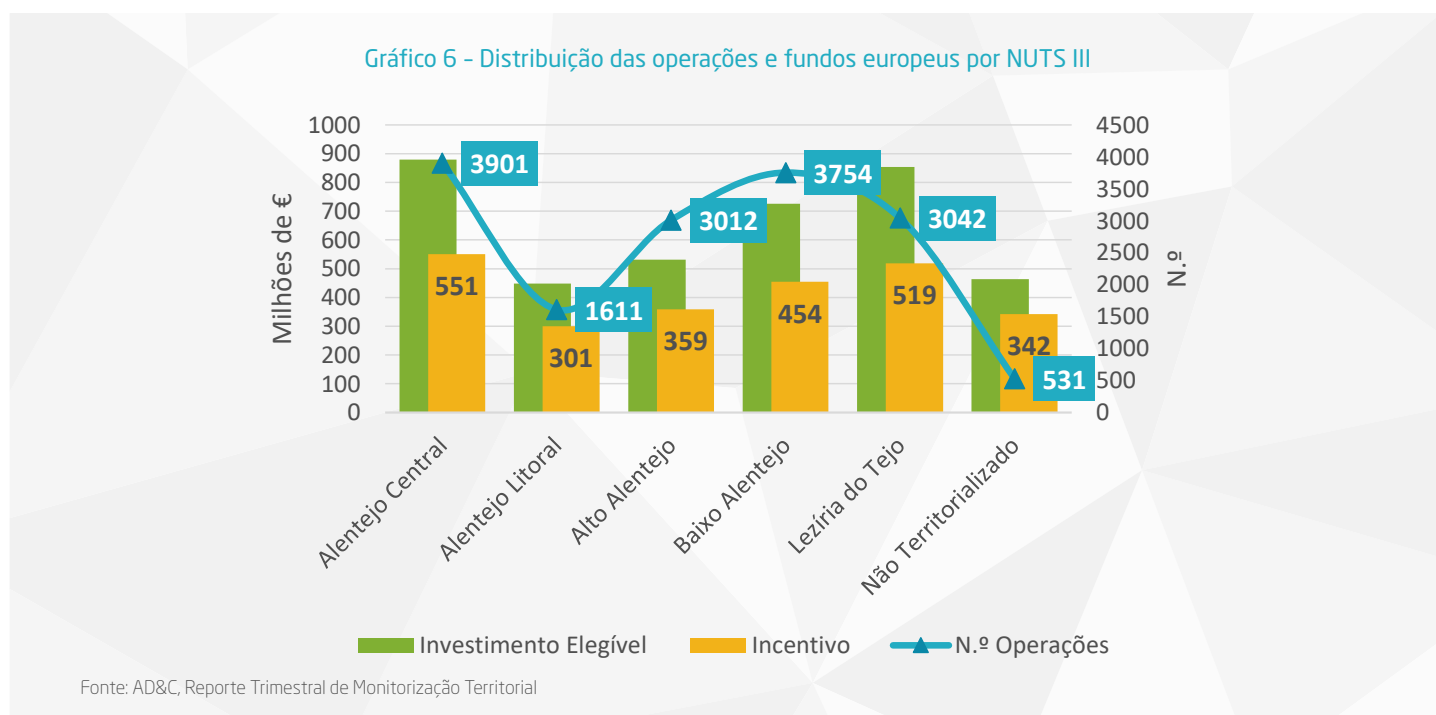
Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

O PDR 2020, pela sua génese adequada à base económica do Alentejo e por ter sido o primeiro a arrancar, apesar de ter vindo a perder influência, é o que tem mais operações aprovadas, 42% do total. Por sua vez, o Alentejo 2020 é o que apresenta maior volume de investimento elegível aprovado, com 1.373 milhões de euros e o que mais fundos europeus mobiliza, 967 milhões de euros, (38%).

O COMPETE 2020 apresenta o maior valor médio de investimento por projeto (mais de 630 mil euros/projeto). Refira-se que com o evoluir do tempo, no atual período de programação, está a notar-se uma diminuição do peso do PDR 2020 no contexto global da aplicação de fundos europeus no Alentejo, como resultado de uma evolução gradual na execução dos outros PO, designadamente o Alentejo 2020 e o POCH, enquanto o PDR 2020 já atingiu uma fase de maturidade.

A distribuição territorial dos fundos europeus dá uma perspetiva que permite constatar, ainda que de forma algo simplista, algum do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território.

A observação do gráfico 6, que representa a distribuição dos fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (cerca de 25%) ocorre na NUTS III Alentejo Central, seguida de perto pelo Baixo Alentejo (24%), sendo que a primeira é a mais representativa no que respeita a investimento elegível e fundo europeu aprovado para apoiar as operações em curso, com percentagens de 23% e 22%, respetivamente. Em termos de relevância, a Lezíria do Tejo assume também destaque, pois representa cerca de 22% do investimento elegível e 21% fundo europeu aprovado.



Observando o gráfico mantém-se a chamada de atenção para o elevado número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes com particular destaque para o FSE, que representa cerca de 50% das operações não territorializadas e 56% dos fundos europeus utilizados para as apoiar, fruto da génese do fundo em questão e do tipo de beneficiário que dificultam muito a sua afetação territorial, contudo, este registo tem vindo a ser progressivamente menor.

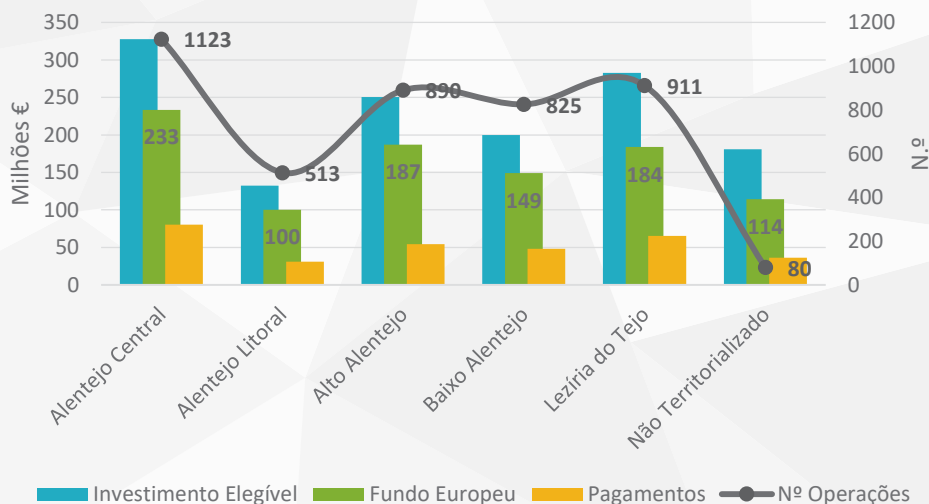
Por sua vez, o FEDER representa 40% das operações e do fundo europeu não territorializado, mas neste caso devido à existência de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.





## Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020

Gráfico 7 - O Alentejo 2020 por NUTSIII

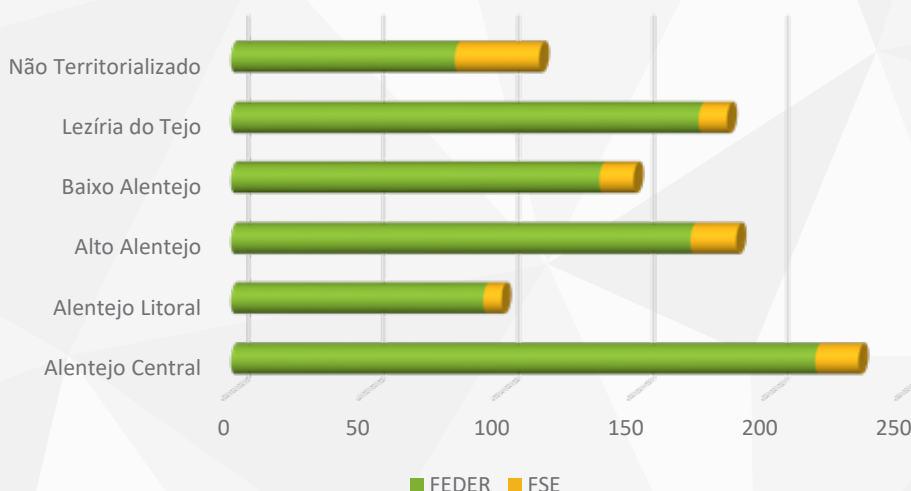


Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo do Alentejo 2020 evidencia que a NUTS III Alentejo Central se destaca das demais por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (24% do total). Também se observa a existência um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações que não se conseguem territorializar e que no seu conjunto representam cerca de 12% dos fundos aprovados para apoiar as operações.

De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma informação que está sujeita a segredo estatístico o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 8%.

Gráfico 8 - O Alentejo 2020 por Fundo Europeu e NUTSIII



Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

O Alentejo 2020 é financiado por dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e também em todas as NUTS III. Desta forma não é de estranhar que seja responsável por cerca de 78% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 90% no que diz respeito a investimento elegível, fundo europeu aprovado e pagamentos efetuados.

As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes neste PO e são particularmente

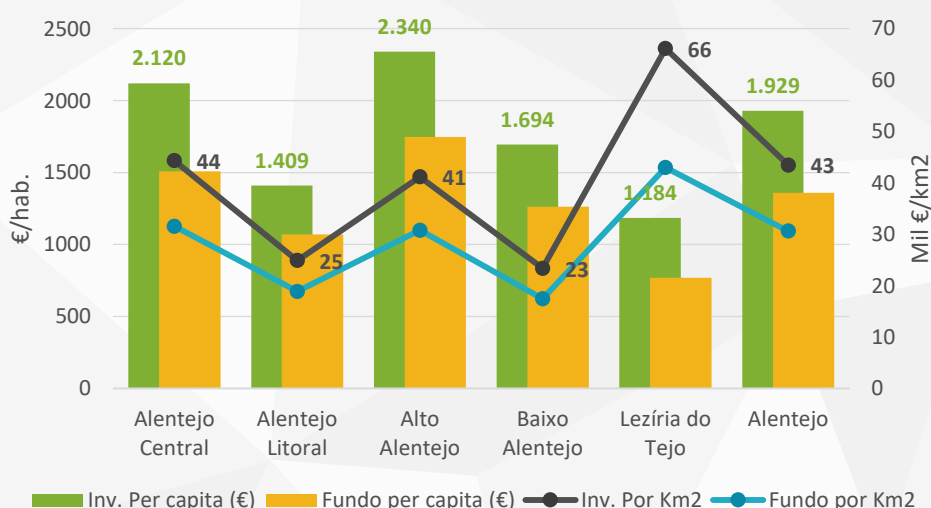
evidentes ao nível das Tipologias de Intervenção: Qualificação e Inovação de PME e Reabilitação Urbana, do FEDER, e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis e Redução do Abandono Escolar do FSE, tipologias que estão associadas a operações com beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

No sentido de se poder fazer alguma avaliação aos impactos que o Alentejo 2020 está a ter na região, calculou-se um conjunto de indicadores de densidade que permitem traçar uma retrospectiva relativamente ao peso dos fundos europeus na região.

Desta forma, constata-se que o Alto Alentejo apresenta o maior volume de investimento *per capita* e detém o maior volume de fundos europeus aprovados *per capita* (1.748 €/hab.) neste Programa Operacional.

Já no que respeita ao volume de investimento por unidade de área, verifica-se que este é maior na Lezíria do Tejo, indiciando uma maior concentração do investimento, por unidade de área, nesse território. Contudo, quando comparado, o peso dos fundos europeus no investimento elegível é menor na Lezíria do Tejo (65%) e no Alentejo Central (71%) do que nas restantes NUTS III, nas quais se vai aproximar ou supera os 75%.

Gráfico 9 - Indicadores de densidade no Alentejo 2020 por NUTSIII



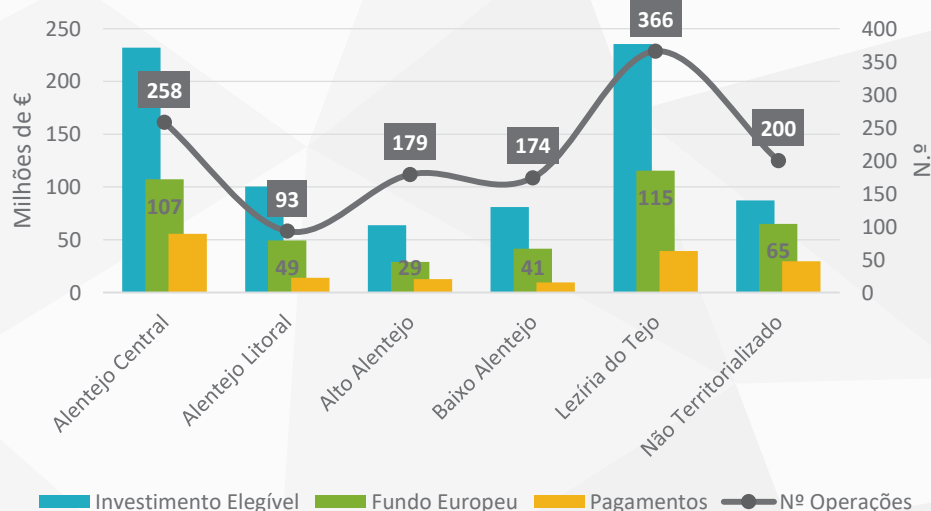
Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

## Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020

No diz respeito à distribuição territorial, constata-se que o COMPETE incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo, que detêm 26% e 29%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações, indiciando que estas duas NUTS III são as mais dinâmicas do ponto de vista empresarial.

Saliente-se também o grande número de operações não territorializadas (17% do total) que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo qualificado e criativo; Internacionalização das PME e Empreendedorismo e Inovação Social.

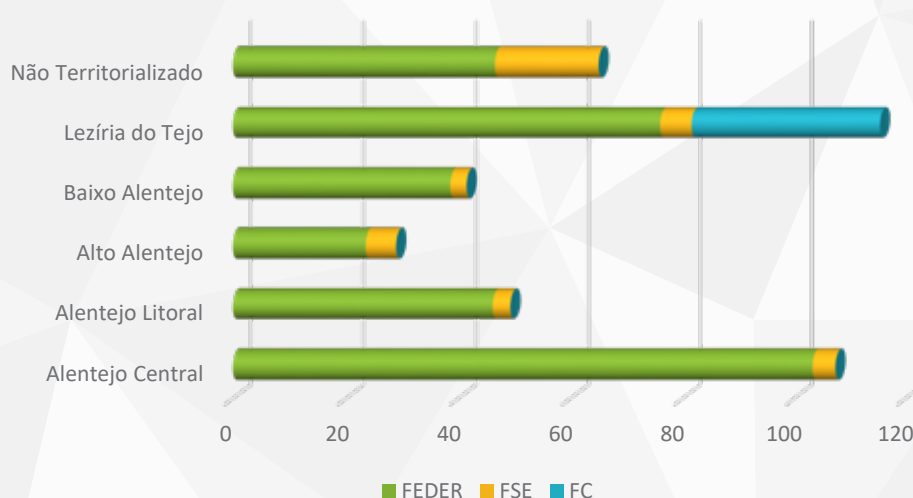
Gráfico 10 - O COMPETE 2020 por NUTSIII



Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

Este Programa Operacional é suportado por três fundos estruturais, o FEDER, o FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos, e o Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.

Gráfico 11 - O COMPETE 2020 por Fundo Europeu e NUTSIII



Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

Nesta altura, de entre todos, o FEDER é o fundo mais representativo ao atingir valores que variam entre os 61% do número de operações e os 89% do investimento elegível, 82% do fundo aprovado para as apoiar e os 91% dos pagamentos efetuados, indiciando que também é o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa.

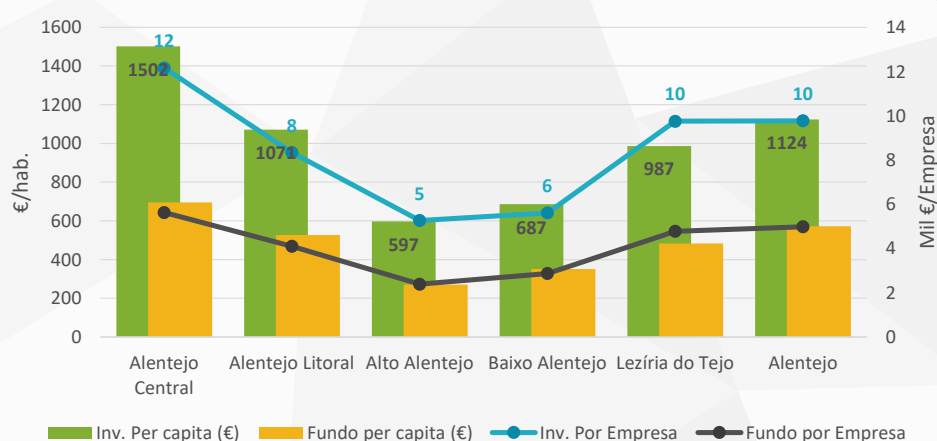
O Fundo de Coesão só tem expressão na NUTS III Lezíria do Tejo, na qual representa 29% do total de fundos europeus aprovados neste PO para esta NUTS III. Em todas as restantes apenas são mobilizados o FEDER e o FSE e

em todas elas, exceto no Alto Alentejo, o FEDER representa mais de 90% dos fundos europeus aprovados.

Relativamente aos indicadores de densidade verifica-se que o Alentejo Central é a NUTS III que apresenta valores mais elevados de investimento elegível *per capita* e fundo europeu *per capita*, respetivamente. O mesmo se passa no que respeita aos valores observados por empresa, indiciando claramente uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nesta NUTS III.

De referir ainda que no Alentejo Central apenas 46% do investimento elegível é suportado pelos Fundos Europeus, quando a média regional deste indicador se situa nos 51%.

Gráfico 12 - Indicadores de densidade no COMPETE 2020 por NUTSIII



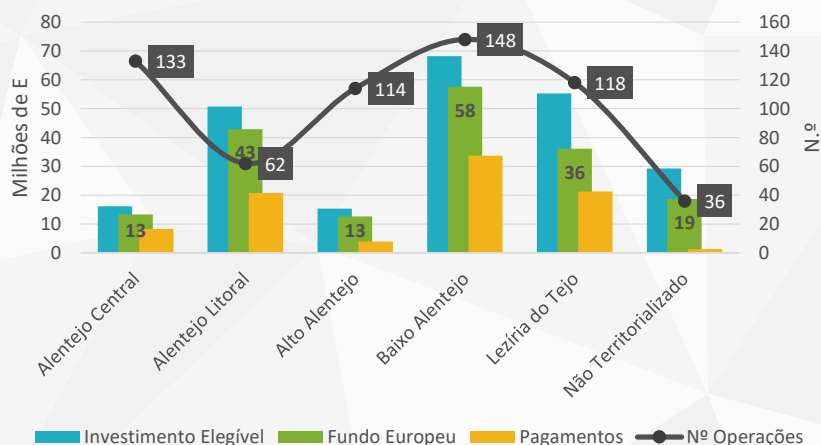
Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

## Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

O PO SEUR está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. E, em termos de distribuição territorial, foge um pouco às distribuições anteriores, pois assume a sua maior expressão nas NUTS III Baixo Alentejo, com 29% do investimento elegível e 32% do apoio aprovado; em segundo plano destacam-se Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo com 22% e 24% do investimento elegível; e 24% e 20% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas, respetivamente.

Saliente-se que a maior parte das operações aprovadas estão inseridas na tipologia Ciclo Urbano da Água, que mobiliza 56% do fundo europeu aprovado para apoiar as operações inseridas neste PO temático. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas estão inseridas na Tipologia Eficiência Energética nas Habitações, a qual representa 57% do investimento elegível e 44% do fundo europeu não territorializado neste PO.

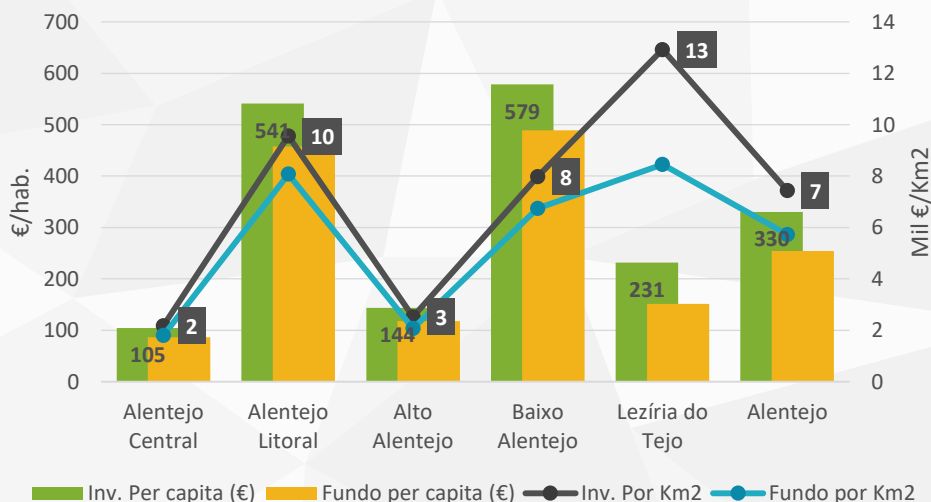
Gráfico 13 - O PO SEUR por NUTS III



Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial



Gráfico 14 - Indicadores de densidade no PO SEUR por NUTSIII



Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral apresentam valores mais elevados de investimento elegível *per capita* e fundo europeu *per capita*, claramente indicativos de um investimento mais elevado por habitante destas NUTS III.

Já relativamente aos valores observados por unidade territorial, estes revelam-se mais elevados na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral indiciando uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nestas duas NUTS III.

De salientar que em quatro das cinco NUTS III do Alentejo, excetua-se a Lezíria do Tejo, a parte do investimento elegível suportada pelos Fundos europeus é superior a 80%, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 77%.



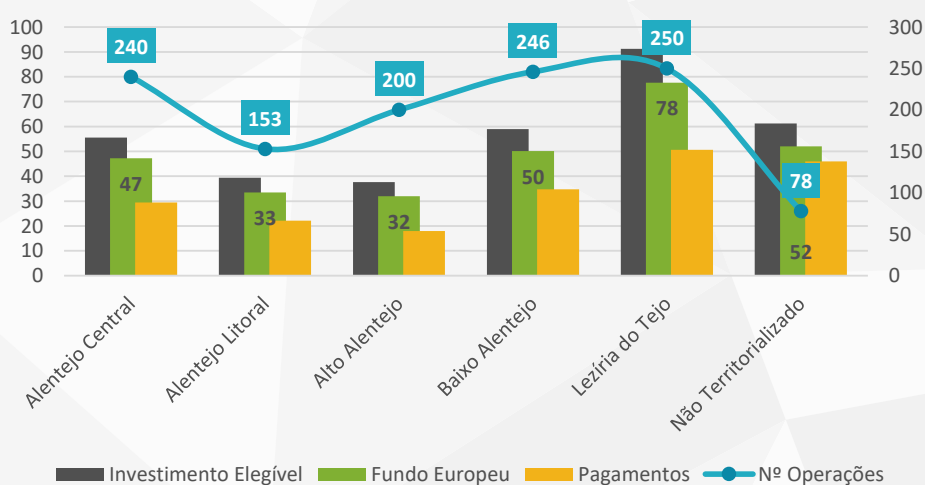
## Programa Operacional Capital Humano - PO CH

O PO CH tem o FSE como único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca das demais pois apresenta o maior número de operações aprovadas (21%), de Investimento elegível (27%) e de fundo europeu mobilizado para as apoiar (27%).

Merece destaque também o número de operações e de fundo europeu mobilizado em operações não territorializadas (7%) que, contudo, concentram 18% do Investimento elegível e do incentivo concedido, e estão muito ligadas à génese deste PO que dificulta a associação das operações ao território.

As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação avançada.

Gráfico 15 - O PO CH por NUTS III



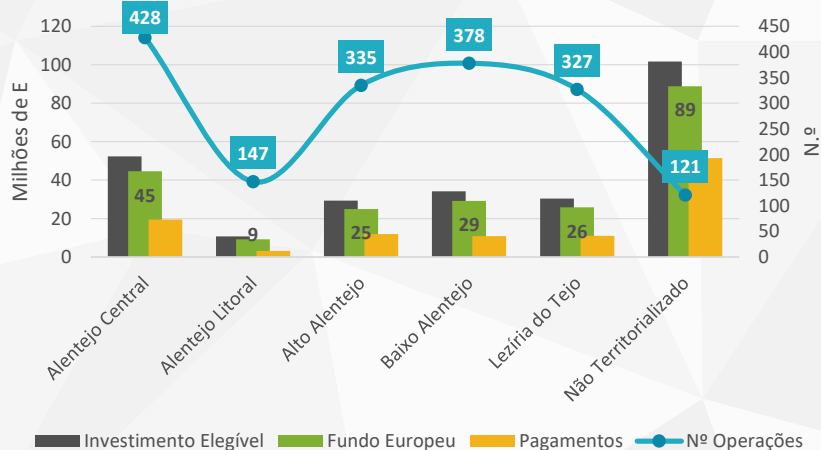
Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

Os indicadores de densidade são apresentados e analisados no gráfico 17, em conjunto com os do POISE.

## Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

À semelhança do anterior, o PO ISE tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, constata-se que nenhuma NUTS III se destaca, todas elas primam por apresentar valores baixos. Neste PO, as operações não territorializadas, constituem a exceção, e assumem predominância com 8% das operações contratadas, bem como o investimento com 39% elegível aprovado e 40% do fundo europeu aprovado para as financiar.

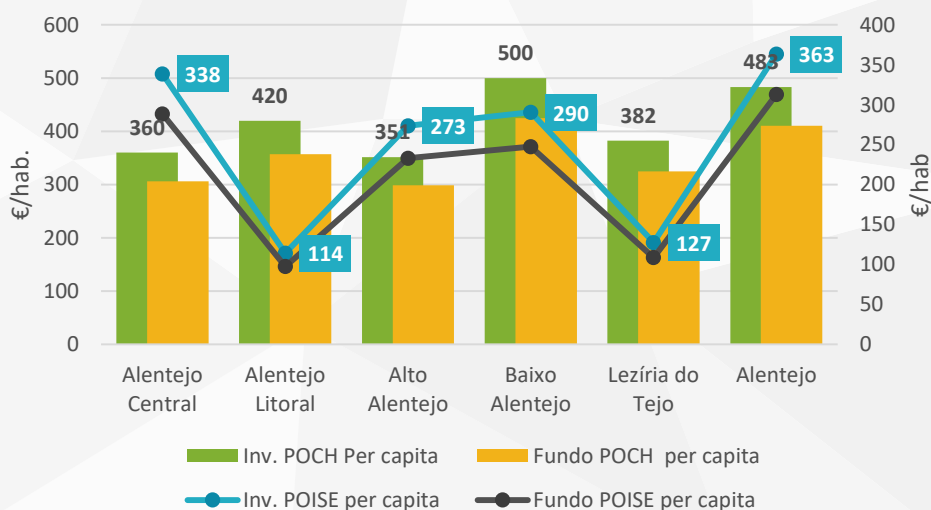
Gráfico 16 - O PO ISE por NUTS III



Fonte: AD&C, Reporte Trimestral de Monitorização Territorial

Esta situação deve-se às tipologias de intervenção que compõem este PO que, por vezes, dificulta a sua ligação ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos adultos no mercado laboral, Iniciativa Emprego Jovem e Integração dos jovens no mercado laboral.

Gráfico 17 - Indicadores de densidade no POCH e no POISE por NUTSIII



No que concerne aos indicadores de densidade, no caso do POCH e POISE, tratando-se de programas virados para a qualificação das populações, optou-se por calcular os indicadores *per capita*. Em ambos os casos, observa-se que os valores obtidos para a Região Alentejo são significativamente superiores aos valores das NUTS III, esta situação é devida ao facto de existirem em ambos os PO um conjunto muito alargado de operações não territorializadas.

Ainda assim, e no caso do POCH, assume algum destaque o Baixo Alentejo, a única NUTS III na qual os valores dos indicadores superam a média regional. No caso do POCH estão contratadas operações que pressupõem um valor de investimento na região superior a 483 euros por habitante, enquanto no que respeita ao POISE esse valor ascende a cerca de 363 euros/habitante.

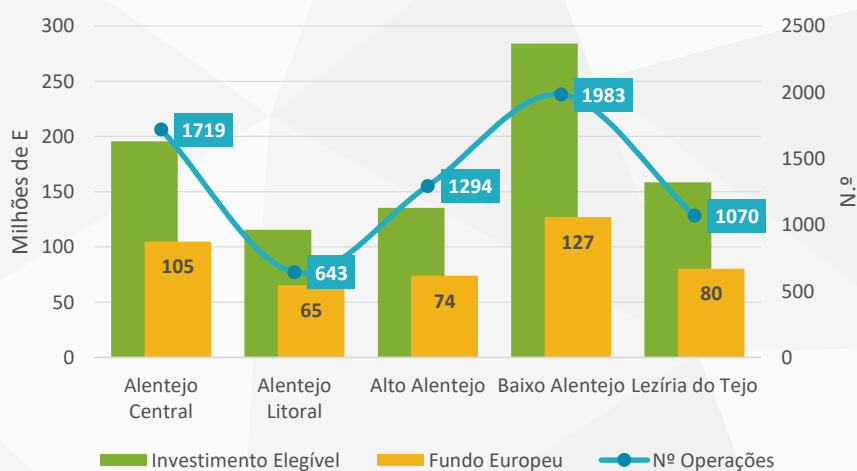


## Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020

O PDR 2020 é financiado única e exclusivamente pelo FEADER e tem sofrido alterações muito ligeiras de trimestre para trimestre, uma vez que foi o primeiro programa a atingir a maturidade e a ter a maior parte do fundo comprometido.

Quando se olha para a distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, verifica-se que a mesma se encontra relativamente equilibrada com valores compreendidos entre os 14% no Alentejo Litoral e os 28% no Baixo Alentejo. Esta NUTS III destaca-se um pouco mais apresentando o maior número de candidaturas aprovadas (30%) e o maior volume de investimento elegível (32%).

Gráfico 18 - O PDR 2020 por NUTS III



Fonte: Site do PDR 2020

Esta situação está ligada à alteração do modelo de exploração agrícola induzido pelo EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, que se traduz numa maior procura de apoios ao investimento no sentido de intensificar a produção agrícola.

No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta maiores valores de investimento médio (próxima dos 180 mil euros), enquanto o Baixo Alentejo apresenta maior volume de investimento por exploração (29,74 mil euros), indiciando que existe uma mobilização muito grande de investimento para estas sub-regiões.

Por sua vez, a Lezíria do Tejo é a NUTS III que apresenta maior volume de investimento por unidade de área, próximo de a 809 €/ha, indiciando uma maior intensidade de investimento nas explorações localizadas nesta NUTS III.

Gráfico 19 - Indicadores de densidade no PDR 2020 por NUTSIII



Artigo da responsabilidade de **Carlos Almeida**, técnico superior - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.





# ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em destaque



## Ficha de Projeto

### Projeto:

TrimNW Imperscrim - Reconversão de processos e conceção de novos materiais para fabrico de EPIs descartáveis exceto máscaras

### Beneficiário:

TRIMNW, MOULDED PARTS AND MONWOVENS LDA.

### Concelho (Localização Física da Operação):

Santarém

### Investimento Elegível Aprovado:

€ 337 750

### FEDER Aprovado:

€ 270 200

## Descrição:

A TrimNW - Molded Parts and Nonwovens, Lda. (TrimNW), com unidade industrial em Santarém, tem duas áreas de atividade, os componentes têxteis moldados e os têxteis técnicos ligeiros (não-tecidos). Nos componentes moldados encontra-se especializada no fornecimento de pequenas e médias séries, designadamente VSP, veículos de luxo e cabines, através do desenvolvimento, produção e acabamento de peças moldadas têxteis de interiores para a indústria da mobilidade. Ao nível dos têxteis técnicos ligeiros, o mercado da TrimNW encontra-se nos principais fornecedores de peças de insonorização da indústria automóvel, produtos compostos maioritariamente por fibras de poliéster.

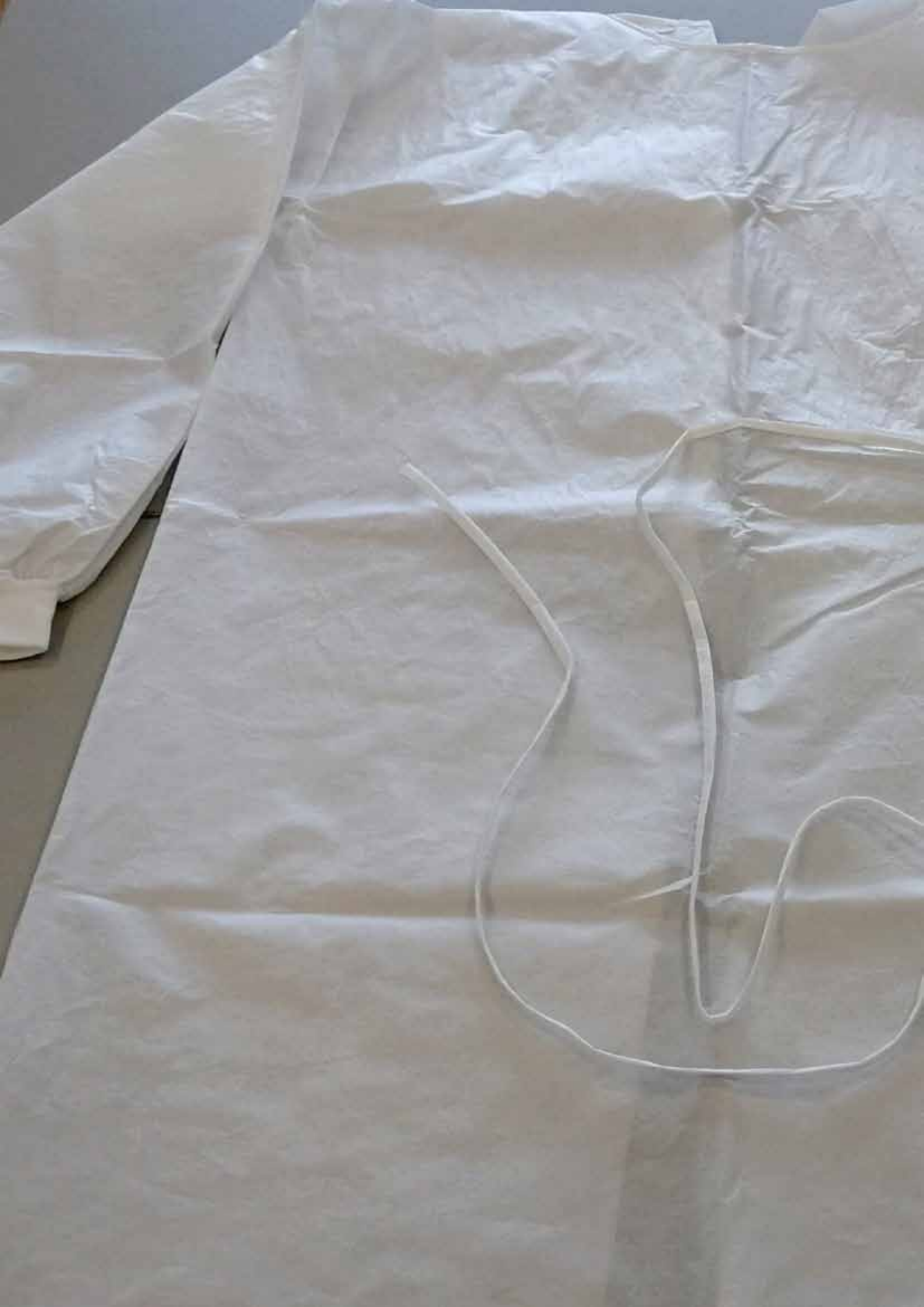
Assim, enquanto continuou a trabalhar para finalizar algumas encomendas para stock, iniciou de imediato o estudo das especificações técnicas para o desenvolvimento de novos produtos passíveis de ser utilizados em ambiente hospitalar em resposta às necessidades geradas pela pandemia COVID 19.

Sendo o único produtor nacional de tecido não-tecido, com duas linhas de produção em funcionamento, e um dos poucos a nível europeu atualmente a laborar com a tecnologia Thermalbond, a TrimNW foi desafiada pelo CITEVE para tentar obter um produto passível de ser utilizado no fabrico de EPIs descartáveis, visto que os fornecedores habituais asiáticos deste tipo de produtos não estavam a fornecer as quantidades necessárias para as necessidades nacionais, existindo roturas de stock em todas as áreas.

Neste contexto o projeto visa o desenvolvimento de novas soluções, bem como a criação e reforço das condições produtivas necessárias para o fabrico de não-tecidos impermeáveis com tecnologia Thermalbond, destinados à produção de EPIs descartáveis, exceto máscaras.

A TrimNW perspetiva o desenvolvimento de uma nova gama de produtos, a qual poderá vir a ser composta por várias referências de não-tecido, destinadas a diferentes aplicações, ou seja, os materiais destinados a EPIs podem ser distintos (ao nível da espessura, reforço, resistência) consoante o ambiente de utilização final (hospitais, lares, bombeiros, empresas).

A TrimNW está também a iniciar os contactos no sentido de desenvolver uma parceria com a SUCH, para o fornecimento de matérias-primas ao SNS. Acresce referir que também, já recebeu manifestações de interesse por parte de muitas empresas de confeções, diversos hospitais, câmaras municipais e pessoas singulares, em adquirir o novo material desenvolvido e aprovado para a COVID.





## Ficha de Projeto

### Projeto:

Requalificação emergente de Infraestruturas e Equipamentos do Hospital do Litoral Alentejano

### Beneficiário:

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.

### Concelho (Localização Física da Operação):

Santiago do Cacém

### Investimento Elegível Aprovado:

€ 5 785 948

### FEDER Aprovado:

€ 4 918 056

## Descrição:

O projeto Requalificação emergente de Infraestruturas e Equipamentos do Hospital do Litoral Alentejano, prevê a realização de um conjunto de investimentos estruturantes para a atividade de prestação de cuidados de saúde - Requalificação de Infraestruturas e Modernização dos Equipamentos - face à caracterização da rede e da evolução demográfica prevista para a Região do Alentejo.

A operação é composta por três componentes distintas:

- Componente "Equipamento Básico":

Composta por uma listagem de 36 conjuntos de equipamentos para apetrechamento de serviços com um investimento de 2.252.201,53 €

- Componente "Edifícios":

Para esta componente estão previstas 5 empreitadas

- "Ampliação do SUMC (Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico) Fase I", com um custo total de 1.145.050,19 € (c/IVA)
- "Remodelação do SUMC Fase II" com um custo estimado de 861.000,00 €.
- "Deslocação do Hospital de Dia" com um custo estimado de 307.500,00 €
- "Deslocação da Farmácia" com um custo estimado de 615.000,00 €.
- "Remodelação do Bloco Operatório Central" que, com um custo estimado 264.450,00 €.

- Componente "Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria":

O projeto contribui, em particular, para a prossecução do objetivo de apoiar o reequipamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental, assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada.



# ALENTEJO 2020

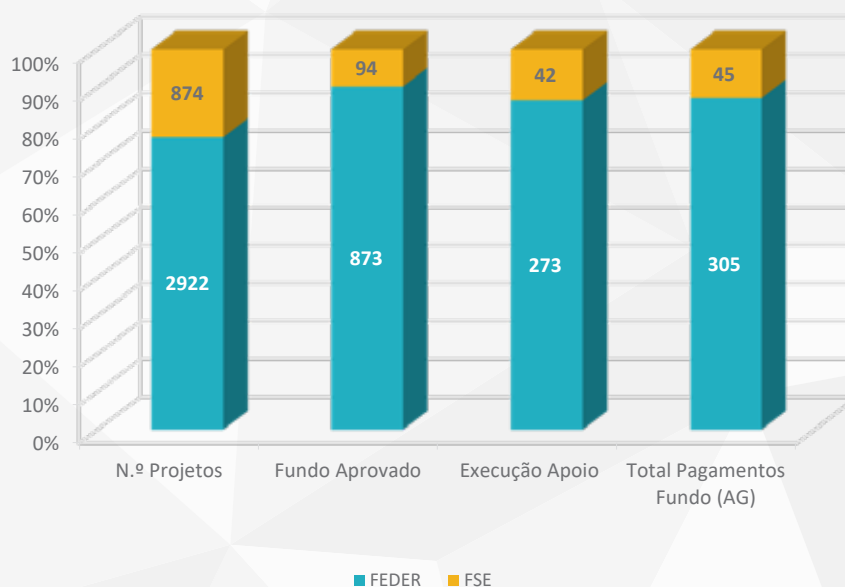
Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

## Síntese de execução do ALENTEJO 2020

Situação a 31 de março de 2020

Os dados contantes nesta síntese foram disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020 e são relativos a 31 de março de 2020. Com base nestes dados pode observar-se que foram aprovados no âmbito do Alentejo um total de 967 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 3.796 operações, sendo que destas 77%, bem como 90% dos fundos europeus foram aprovados no âmbito do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Gráfico 1 - Síntese da Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 315 milhões de euros, a maior parte deles (87%) no âmbito do FEDER, e foram pagos a promotores perto de 350 milhões de euros.

Gráfico 2 - Indicadores de Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

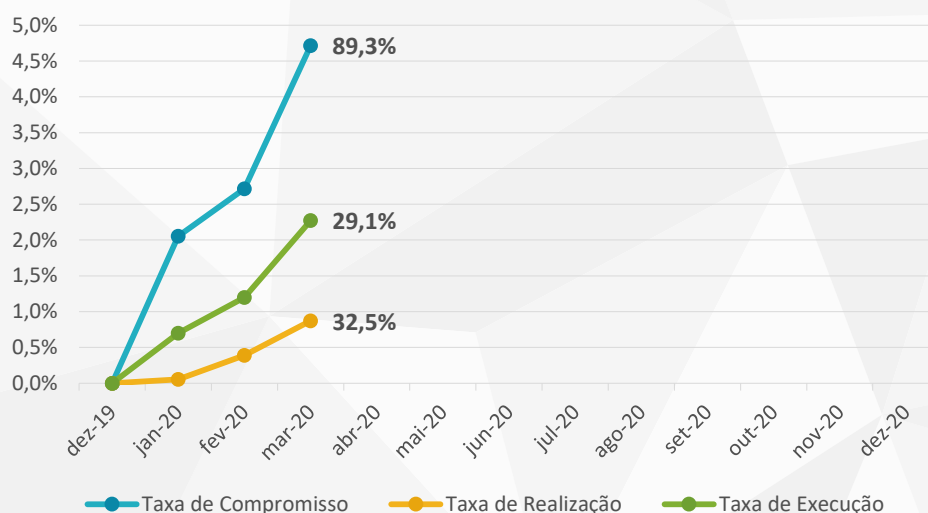
No que concerne à execução do Alentejo 2020, através da análise efetuada aos indicadores produzidos, constata-se que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores superiores a 89% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores de 33% e 29%, respetivamente, e valores ligeiramente mais elevados (36%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próximo dos 47%.

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, o FSE - Fundo Social Europeu, destaca-se ao apresentar taxas de realização e de pagamento superiores, pois devido à sua génese e às normas que lhe estão associadas concede adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

A evolução dos indicadores de execução do Alentejo 2020 ao longo do ano de 2020, até 31 de Março, foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso que cresceram quase 5% durante o corrente ano, situando-se nesta altura nos 89%, valor superior 25 p.p.ao registado em março de 2019.

As taxas de realização e de execução apresentam acréscimos positivos de 0,9 e 2,3 pontos percentuais, respetivamente. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 2,3 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 25 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

Gráfico 3 - Evolução dos Indicadores de Execução do Alentejo 2020, crescimento em 2020



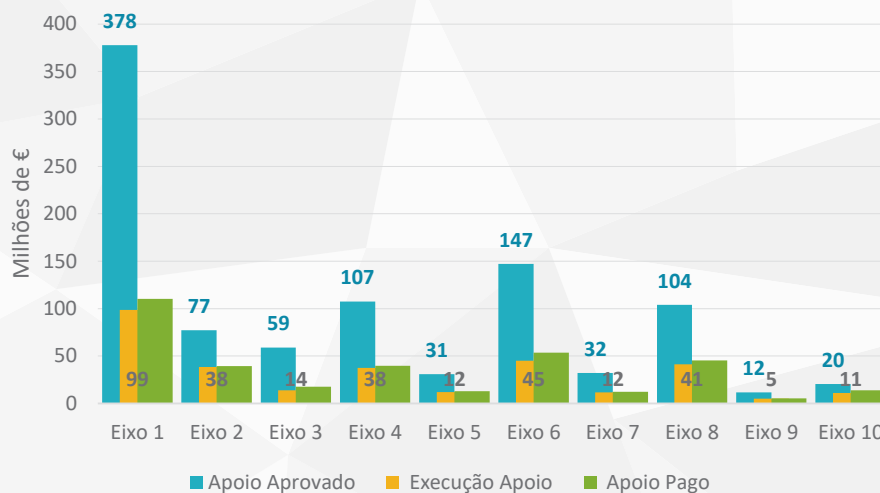
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Ao nível dos Eixos Prioritários constata-se que cinco deles, 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, representam 86% do investimento elegível aprovado no Alentejo 2020. Em 31 de março de 2019, esses cinco Eixos representavam 84% dos fundos aprovados, 83% do fundo executado e 82% dos fundos pagos.





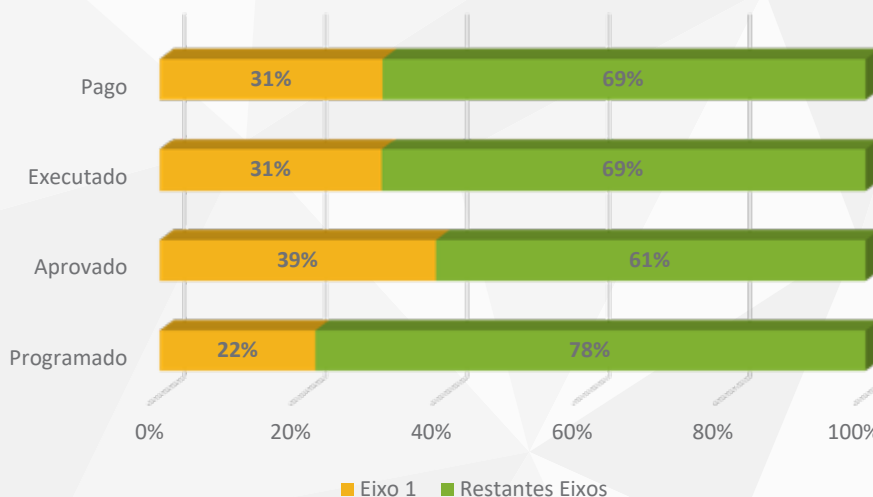
Gráfico 4 - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

De entre os Eixos Prioritários mencionados, a nível de valores acumulados desde o início do programa, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (39%), seja a nível de Fundo Executado (31%), e também de Fundo Pago (31%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

Gráfico 5 - Peso Relativo do Eixo 1 no Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

A análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 ao longo de 2020, permite observar que foram aprovadas 323 operações que promoveram a aprovação de cerca de 53 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 8% relativamente ao final do ano transato.

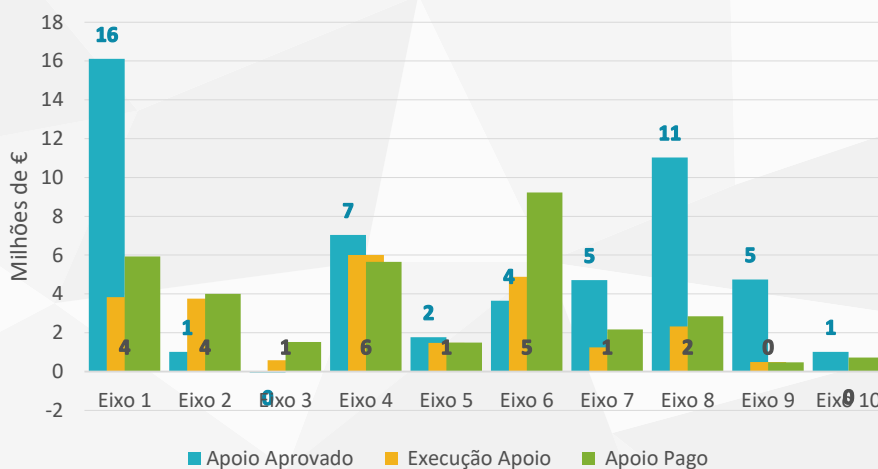
No mesmo período, foram executados cerca de 25 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 26 milhões, valores que, relativamente ao ano anterior, representam acréscimos de 14% e 13%, respetivamente.

Neste período destacaram-se dos demais os Eixos 1 e 8, que registaram os maiores acréscimos de fundo aprovado. Já no que respeita ao apoio pago destacaram-se os Eixos 1, 4 e 6 e quanto à execução de apoio, o destaque também vai para o Eixo 4.

Os Eixos 2, 3 e 10 registaram um nível muito baixo de aprovações e os Eixos 3, 9 e 10, neste ano, apresentam valores muito reduzidos de execução, bem como registam valores de pagamentos muito baixos.



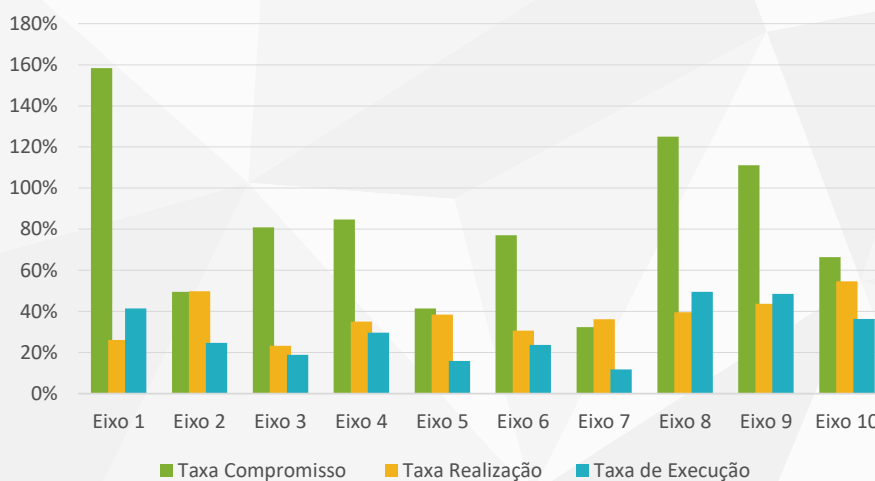
Gráfico 6 - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários durante o ano de 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise dos indicadores de execução e desta forma no que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1, com valores que superam os 100%, facto que está relacionado com os valores de execução que normalmente ficam um pouco abaixo das aprovações, dando desta forma margem para que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Também nos Eixos 8 e 9 esta taxa está acima dos 100%.

Gráfico 7 - Indicadores de Execução por Eixo Prioritário



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Relativamente às Taxas de Realização os Eixos analisados apresentam valores muito similares, destacando-se ligeiramente os Eixos 2 e 10, cujos valores se aproximam ou superam os 50%.

No que concerne à Taxa de Execução destacam-se os Eixos 8 e 9, com valores próximos dos 50%.

Realizou-se uma análise semelhante relativamente às dez Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, (1.2 - A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior...; 3.2 - O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural; 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano; 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade

de oportunidades e da participação ativa e da melhoria da empregabilidade; 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local...; 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior; e 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas).

Gráfico 8 - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



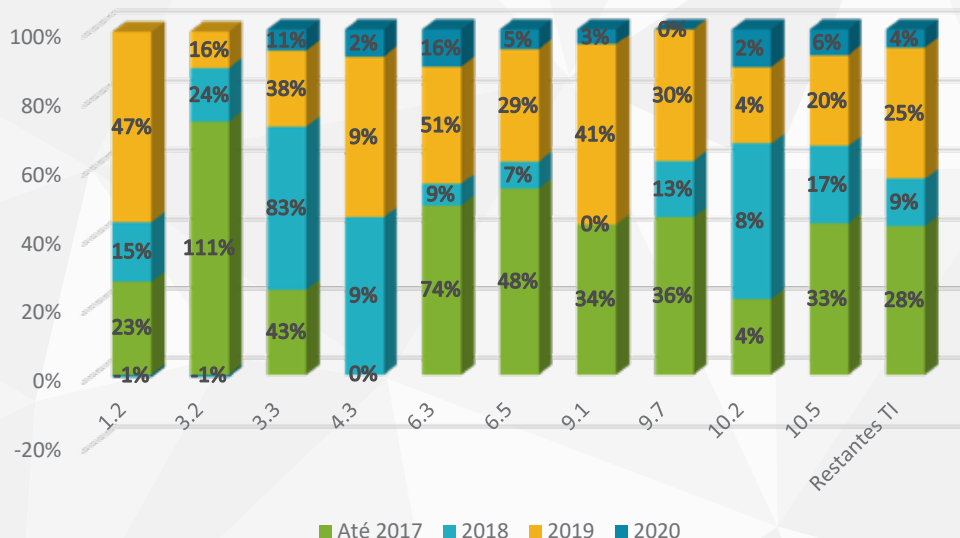
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

A Prioridade de Investimento que se destaca das demais é a PI 3.3, que apresenta maior volume de incentivo aprovado, perto de 288 milhões de euros e maior volume de execução com mais de 71 milhões de euros executados.

No que respeita a Taxas de Compromisso, verifica-se que há 3 PI que se destacam com taxas superiores a 100%, mais concretamente a PI 3.2 (150%), a 3.3 (175%) e a 6.3 (151%). No polo oposto, está a PI 10.2 com 18% de taxa de compromisso.

Em termos de evolução anual, constata-se que, até 2017, a PI 3.2 se destacou-se apresentando taxas de compromisso de 111%; em 2018, as taxas mais elevadas foram conseguidas pela PI 3.3 e, em 2019 e 2020, tem-se destacado a PI 6.3, que continua a ter uma boa percentagem de compromisso.

Gráfico 9 - Taxa de Compromisso por PI e ano



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Relativamente a Taxas de Realização, há uma PI que se destaca com uma taxa superior a 50%, mais concretamente a PI 9.1 (51%). Em sentido contrário, encontram-se as PI 3.3 e 9.7 com taxas de realização de 25% e 23%, respetivamente.

No que respeita a evolução anual verifica-se que, até 2017, a PI 9.1 se destacou ao apresentar taxas de realização de 67%; em 2018 a maior taxa foi conseguida pela PI 4.3 (23%) e, em 2019 e 2020, o destaque é dado pela PI 10.2.

Gráfico 10 - Taxas de Realização por PI e ano

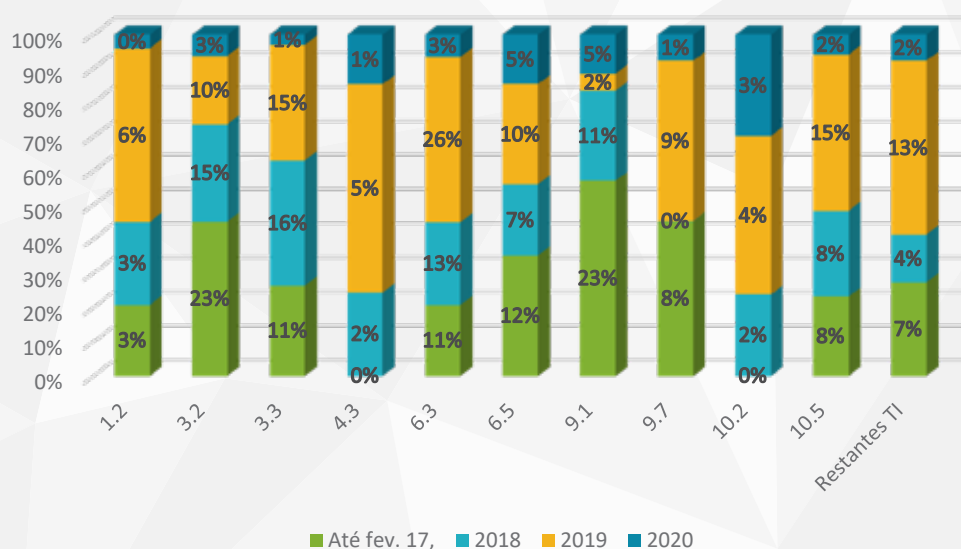


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Por fim, no que concerne a Taxas de Execução, entre as PI mais representativas, verifica-se que há duas PI que se evidenciam, a 3.2 com 51% de taxa de execução e a 6.3 com 53%. No polo oposto, encontram-se as PI 4.3 e 10.2 com taxas de execução de 8%.

Quanto a evolução anual, observa-se que, até 2017, se destacaram as PI 3.2 e 9.1 com valores de 23% de taxa de execução; em 2018 as maiores taxas foram conseguidas pelas PI 3.2 (15%) e 3.3 (16%); já em 2019 a PI 6.3 assume relevância ao conseguir acréscimos de 26% e, em 2020, têm-se destacado as PI 6.5 e 9.1, que apresentam acréscimos de 5% na taxa de execução.

Gráfico 11 - Taxas de Execução por PI e ano



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

